



Jader Silveira (Org.)

HISTÓRIA

Contextos do Brasil e do Mundo

V. 1 | 2023



Jader Silveira (Org.)

HISTÓRIA

Contextos do Brasil e do Mundo

V. 1 | 2023

© 2023 – Editora Union

www.editoraunion.com.br

editoraunion@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Union

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587a	Silveira, Jader Luís da História: Contextos do Brasil e do Mundo - Volume 1 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Union, 2023. 114 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-84885-19-6 DOI: 10.5281/zenodo.7955318 1. História. 2. História Geral. 3. História do Brasil. 4. História Mundial. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título. CDD: 909 CDU: 93
-------	--

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Union
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraunion.com.br
editoraunion@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraunion.com.br/2023/05/historia-contextos-do-brasil-e-do-mundo.html>



AUTORES

**CYNTHIA THAYSE VIEIRA VICENTE
DAIANE PRISCILA ARRUDA
DENIS FERREIRA
LETÍCIA FARIAS DOS SANTOS
LUIZ FELIPE MOURA DOS SANTOS
LUIZA ROCHA DE OLIVEIRA
MARIA EDUARDA RATKO JANTARA
PATRÍCIA SCHNEID ALTENBURG
WINICIUS ROSA MARTINS**

APRESENTAÇÃO

A obra "História: Contextos do Brasil e do Mundo" surge como um convite para explorarmos os intrincados caminhos da História, através de uma abordagem acadêmica e rigorosa, com o intuito de compreendermos de forma mais profunda e completa o desenvolvimento do Brasil e do mundo ao longo dos tempos.

A História é uma disciplina essencial para o entendimento da complexidade humana. Por meio dela, somos capazes de desvendar os processos sociais, políticos, econômicos e culturais que moldaram as sociedades e influenciaram as trajetórias dos indivíduos. Neste livro, buscamos analisar e interpretar os eventos históricos a partir de uma perspectiva científica, utilizando metodologias rigorosas e baseando-nos em fontes confiáveis e atualizadas.

Ao longo das páginas desta obra, você encontrará uma análise dos diferentes períodos e momentos cruciais da história, tanto do Brasil quanto do contexto global. Nesse sentido, cada capítulo deste livro foi elaborado com o objetivo de oferecer um embasamento teórico sólido e uma análise crítica dos acontecimentos. Além disso, trazemos à tona debates historiográficos, para que você possa compreender as diferentes interpretações sobre os fatos e desenvolver seu próprio senso crítico.

Ao se aventurar por estas páginas, você terá a oportunidade de se aprofundar nos debates e reflexões acadêmicas, mergulhando em uma variedade de temas e perspectivas que enriquecerão seu conhecimento sobre a história.

Este livro científico é destinado a estudantes, pesquisadores, professores e a todos aqueles que se interessam por compreender a história em toda a sua complexidade. Esperamos que esta obra seja um instrumento valioso para a sua formação acadêmica e para o desenvolvimento de um pensamento crítico e embasado sobre o passado.

Desejamos a você uma leitura estimulante e enriquecedora, na certeza de que a compreensão do passado nos guiará rumo a um futuro mais consciente e esclarecido.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 O QUE COMEMORAR NO BICENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL?.....	8
<i>Luiza Rocha de Oliveira</i>	
Capítulo 2 IMIGRAÇÃO ILEGAL: REALIDADES E PERSPECTIVAS.....	22
<i>Maria Eduarda Ratko Jantara; Denis Ferreira</i>	
Capítulo 3 JACQUES LE GOFF: OPERACIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO.....	32
<i>Winicius Rosa Martins</i>	
Capítulo 4 A LITERATURA E OBRAS LITERÁRIAS NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA: RELATOS E ABORDAGENS DE SUAS CONTRIBUIÇÕES.....	45
<i>Letícia Farias dos Santos</i>	
Capítulo 5 “CHOQUE” DE REPRESENTATIVIDADE: O DESENHO SUPER CHOQUE COMO MEIO DE ENSINO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL.....	53
<i>Cynthia Thayse Vieira Vicente</i>	
Capítulo 6 PACHAMAMA: TEMPORALIDADE, IMAGINÁRIOS POLÍTICOS E MEMÓRIAS CULTURAIS.....	64
<i>Luiz Felipe Moura dos Santos</i>	
Capítulo 7 CASO DANIELLA PEREZ: AS NUANCES SOCIAIS E JUDICIAIS DE UM CRIME.....	77
<i>Daiane Priscila Arruda</i>	
Capítulo 8 O SINDICALISMO RURAL BRASILEIRO NA DITADURA MILITAR: O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL (1966-1985)	94
<i>Patrícia Schneid Altenburg</i>	
AUTORES.....	111

Capítulo 1
O QUE COMEMORAR NO BICENTENÁRIO DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL?
Luiza Rocha de Oliveira

O QUE COMEMORAR NO BICENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL?

Luiza Rocha de Oliveira

*Licencianda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora,
luizarocha.rocha@gmail.com.*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as comemorações que o Estado tem proposto no que se refere ao bicentenário da independência do Brasil, com o pedido do coração de D. Pedro I. Dessa forma, indagamos quais motivos temos a festejar com um coração mergulhado em formol, em uma sociedade em que ainda se encontra em meio a colonialidade do poder que permeia as suas formas de violências? Assim, a partir do termo “nostalgia imperial”, cunhado pelo historiador Ricardo Salles, pretendemos também tentar entender como que com 200 anos de república, ainda exista uma camada social que julga que no tempo do Império o Brasil era melhor. Analisando assim, as diversas formas de ataques às populações indígenas e negras do país.

Palavras-chave: Estado Nacional Brasileiro. Nostalgia Imperial. Colonialidade do Poder.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the commemorations that the State has proposed regarding the bicentenary of the independence of Brazil, with the request of the heart of D. Pedro I. In this way, we ask what reasons we have to celebrate with a plunged heart in formaldehyde, in a society that still finds itself in the midst of the coloniality of power that permeates its forms of violence? Thus, from the term “imperial nostalgia”, coined by the historian Ricardo Salles, we also intend to try to understand how, with 200 years of republic, there is still a social layer that believes that in the time of the Empire, Brazil was better. Thus analyzing the various forms of attacks on indigenous and black populations in the country.

Keywords: Brazilian National State. Imperial Nostalgia. Coloniality of Power.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2022 é um importante marco para a criação do Estado Nacional Brasileiro, há 200 anos nos separamos da metrópole. No entanto, se fizermos uma análise desde do plebiscito de 1993, passando pela conjuntura das eleições de 2018, e chegando no Brasil atual, podemos notar um aspecto de saudosismo ao Império.

Dessa forma, o trabalho do historiador Ricardo Salles é essencial para refletirmos sobre esse saudosismo. Salles ao analisar o Plebiscito de 1993, nota que a monarquia teve um número expressivo de adeptos, totalizando 10,25% dos votos¹.

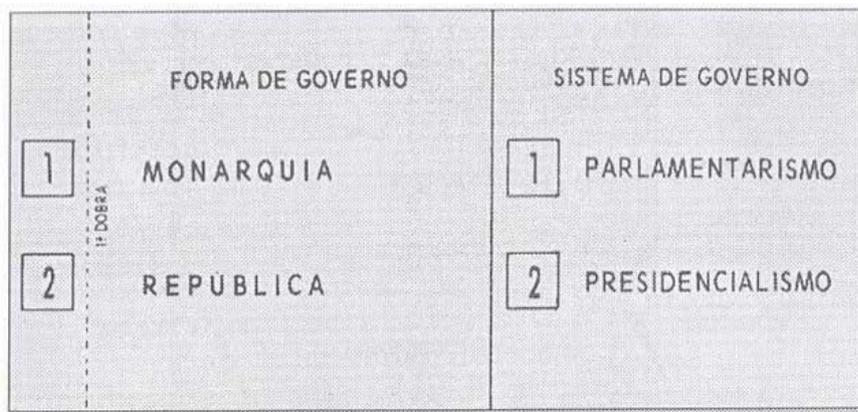


Imagem: Governo Federal. Cédula do plebiscito de 1993.

O pesquisador então, no ano de 1996 publica o livro chamado *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, onde nota em suas análises uma certa “nostalgia imperial” na consciência coletiva dos brasileiros. Diante disso, ele passa a se questionar como que com 100 anos de existência, a república não tinha sido capaz de reverter o imaginário social de que no Império o Brasil era melhor. Passados 200 anos, nossa pergunta é a mesma, como que com duzentos de república, ainda exista uma camada social que julga que no tempo do Império o Brasil era melhor, ou como Salles fala em seu livro, “houve um tempo [o Império] em que o Brasil era mais respeitável, mais honesto, mais poderoso”? (SALLES, 1993, p. 18).

Após 29 anos do plebiscito de 1993, notamos na sociedade atual alguns aspectos importantes que marcam essa “nostalgia imperial”, como por exemplo a saída do anonimato da “Família Real”, que vem tendo uma importante contribuição nas manifestações pró-monarquia no país, e que se encontra intimamente ligada ao bolsonarismo. Dito isto, pretendo aqui refletir sobre as comemorações em torno do bicentenário de independência que o Estado tem proposto, com o pedido do coração

¹ Para conferir os resultados do plebiscito de 1993, clique: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/@_@download/file/plebiscito-de-1993.pdf.

de D. Pedro I. Além de pensar a história da independência do Brasil em uma perspectiva fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

Ademais, e não menos importante, farei uma investigação sobre o termo “colonialidade do poder” hoje no Brasil. Expressão cunhada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, que demonstrou com os seus trabalhos como ainda vivemos em um mundo colonial. Mesmo com a separação da colônia da metrópole, o legado colonialista permanece na forma da manutenção das relações de poder, e nas formas das violências. Exemplos disso, são as várias formas de ataques às populações indígenas e negras do Brasil, desde o processo de colonização até os dias atuais.

O 07 DE SETEMBRO DE 2022

Em notícia do G1 do dia 09 de maio de 2022, com manchete “Brasil pede coração de D. Pedro I emprestado para a comemoração dos 200 anos da independência”², vemos que as “celebrações” em torno da independência do Brasil estão começando a manifestar-se. Contudo, o que realmente temos a comemorar nesses dois séculos de separação da metrópole com um coração mergulhado em formol?

A professora de Relações Internacionais Miriam Saraiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) diz que "Infelizmente, a festa de independência foi sequestrada por uma ideologia que prega o discurso de que o hino nacional, a bandeira do país e as cores verde e amarela só pertencem aos seus adeptos" (Correio Braziliense, 2022).

Ao pensarmos o Brasil atual, a partir da conjuntura das eleições de 2018 nota-se como imaginários sobre o Império voltam à tona, como forma de enunciar que no passado tudo era melhor. Os historiadores Thiago Krause e Paulo Pachá em artigo para a Folha de S. Paulo intitulado Nostalgia Imperial, afirmam:

que a idealização do Império brasileiro promovida pelo bolsonarismo reflete um projeto essencialmente reacionário, que perpassa a sociedade há um século, cujos valores se articulam na ideia de ordem e hierarquia rígida, no catolicismo e na rejeição da mobilização democrática. (KRAUSE; PACHÁ, 2020)

² Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/09/brasil-pede-coracao-de-d-pedro-1-emprestado-para-comemoracao-dos-200-anos-da-independencia.ghtml>.

Dessa maneira, nota-se que no Brasil atual encontra-se uma idealização de um passado monárquico que tem por essência uma herança de uma certa civilização ocidental, branca e católica. Uma sociedade que exclui, explora e mata os povos indígenas e negros. Abaixo tem-se uma imagem que exemplifica um pouco esse momento atual que o Brasil vem passando, com o pedido por parte de uma parcela da população pela retomada da monarquia.



Foto: Manifestação em fevereiro de 2017. Facebook Pró Monarquia.

COLONIALIDADE DO PODER

a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Assim, ainda nos encontramos hoje num labirinto em que o Minotauro é sempre visível, mas sem nenhuma Ariadne para mostrar-nos a ansiada saída. (QUIJANO, 2005, p.136)

É a partir da citação acima, contribuição de Aníbal Quijano, sociólogo peruano, que discute como a colonialidade do poder é fundamentada na ideia de raça como instrumento de dominação, que pretende-se analisar as violências contra os povos indígenas e a população negra do Brasil.

Povos indígenas

Ao pensarmos a questão indígena hoje no Brasil, percebemos como o governo Bolsonaro intensificou tais violências. Seja a partir de suas próprias falas preconceituosas sobre os povos originários; o desmantelamento da Funai, que no seu governo passa a ser um “puxadinho” dos ruralistas e um dos principais inimigos dos povos indígenas; entre vários outros tipos de violações dos direitos dessas populações que nesse governo passam ser descaradamente violados.

Dados do Relatório: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2021³, produzido pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), aponta que dos 5.332 indígenas que morreram em 2021 por todos os casos de violência, 847 foram em decorrência da covid. Todavia, acredito que tais números podem ser ainda maiores se considerarmos os casos que não foram notificados. Os números parecem não chocar a população, tornando-se algo banal. Na introdução do relatório temos um texto que diz exatamente como que com a omissão do poder público os casos de violências não só aumentaram como foram naturalizados por esse governo genocida que estamos vivendo.

Abaixo exponho uma fala do líder indígena Ailton Krenak, que descreve como que desde a invasão da “América” pelos europeus, os genocídios contra os povos originários estão em curso:

Nós estamos em guerra [...] O seu mundo e o meu mundo estão em guerra. Os nossos mundos estão todos em guerra. A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é para a gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares, o tempo todo. (Ailton Krenak. Documentário: Guerras do Brasil.doc. 2019)

³ Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>.

População negra

Em relação às violências contra as populações pretas do Brasil os dados também são assustadores. Para isso, não tem como não lembrar da obra de Abdias Nascimento, um grande intelectual negro do Brasil, que no seu trabalho *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* abarcara um conjunto de violências que se voltavam contra a vida da população negra do Brasil. Dessa forma, as análises de Abadias são essenciais para a compreensão dos dados a seguir.

O Atlas da Violência de 2021⁴, mostra que em 2019 os negros (pardos + pretos na classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídio a cada 100 mil habitantes. Entre os não negros a taxa foi de 11,2% para cada 100 mil habitantes. Ou seja, a chance de um negro ser assassinado é de 2,6% superior em relação a uma pessoa não negra no Brasil. Se pensarmos no caso de violências contra as mulheres negras, os números são ainda mais alarmantes, pois 66% das mulheres assassinadas no país são mulheres pretas.

Refletindo sobre o termo 'racismo mascarado' proposto por Abadias, e o conjunto de políticas de violência contra a população negra, não há como não frisar a violência policial, que tanto mata preto no Brasil. A charge abaixo do cartunista Carlos Latuff, que foi exposta na Câmara dos Deputados em novembro de 2019 e que foi arrancada da exposição pelo deputado federal Coronel Tadeu do PSL de SP, partido que a época também era do então presidente do país, Jair Bolsonaro, é uma charge que propõe discutir sobre as vítimas policiais do Brasil serem majoritariamente pessoas negras. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública confirma que 75,4 % das vítimas policiais são pessoas negras.

⁴ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>



Imagem: charge de Carlos Latuff, 2019.

Dessa forma, podemos notar que assim como há uma naturalização em detrimento às violências contra os povos indígenas, também se nota uma naturalização em torno das violências contra a população negra. Bolsonaro constantemente também ataca essa população, com falas racistas e preconceituosas. Ademais, o exemplo acima da remoção de uma charge por um deputado bolsonarista mas que enfatiza toda a nossa conjuntura de constante violência e guerra contra o povo preto do Brasil.

A CRIAÇÃO DO 07 DE SETEMBRO

No texto “A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831” o historiador canadense Hendrik Kraay, irá demonstrar como que no ano de 1822 o significado histórico das ações de D. Pedro I ainda não estavam tão claros, e os contemporâneos à época não atribuíram grande significado ao Grito do Ipiranga. Além de trazer para a sua análise uma série de novos estudos historiográficos, que analisam que o processo de criação do “07 de setembro” durou entre as décadas de 20 e 30 dos oitocentos. Dessa forma, nota-se como demorou um tempo para que se tivesse um consenso em torno da data da independência.

Refletindo sobre como a história da Independência do Brasil habitualmente é narrada, D. Pedro I é colocado como um personagem central da narrativa, além de ser Rio e São Paulo palcos dessa história. Como se o processo de fundação do Estado Nacional brasileiro tivesse acontecido somente nesses dois lugares do país e não em outros, além de ser uma narrativa que não fala em guerras e nem na participação das

camadas populares. Boa parte dessa concepção da história da independência está baseada em como o IHGB descreveu esse acontecimento e retratou a figura de D. Pedro I.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conhecido como IHGB foi fundado em 1838 no segundo reinado como forma de construir uma história nacional, pautada na herança do projeto civilizatório dos portugueses que visava a criação de uma nação que se via enquanto branca e católica. Esse Instituto também foi um dos responsáveis por inventar o sete de setembro como o dia da independência e descrever o imperador como herói dessa história. Ademais, as pinturas encontradas hoje nos livros didáticos, que retratam a independência e colocam D. Pedro I no centro dos eventos, são todos feitos muito posteriormente à data de 07 de setembro de 1822.



Imagem: "A proclamação da Independência", de François-René Moreaux, 1844.

A primeira imagem foi construída por Moreaux em 1844 a pedido do Senado Imperial, onde o pintor retrata D. Pedro aclamado pelo povo, um povo branco e europeizado. Hoje a obra se encontra no Museu Imperial de Petrópolis.



Imagem: "Independência ou Morte", de Pedro Américo, 1888.

A tela dois é de 1888 de Pedro Américo, e atualmente é a obra mais famosa sobre a independência do Brasil, encomendada para ficar exposta no Museu do Ipiranga, que estava à época sendo construído para celebrar a Independência. A obra retrata D. Pedro I em seu cavalo, agora não tão em meio ao povo, e sim em meio a sua comitiva.

Essas duas imagens são essenciais para examinarmos a origem do 07 de setembro, não como um fato dado, mas como uma construção que durou anos e anos para ser consolidado. Dessa forma também, discutir os silenciamentos e apagamentos que uma história única, pautada no heroísmo de Pedro I ocasionou, ao se falar de um 07 de setembro sem guerras e participação popular. Quando, como defendido por Lúcia Bastos Pereira das Neves, a independência não se resume a fatos isolados, mas em um processo que começa em 1820 e vai até 1825. Ou seja, as revoltas começaram bem antes do “grito do Ipiranga” indo até 1825, e estando assim não apenas no eixo Rio-São Paulo.

Atualmente, novos estudos e pesquisas historiográficas vem desmistificando o sete de setembro e D. Pedro I como personagem principal da independência do Brasil. Como diz o historiador Luís Henrique Dias Tavares da Universidade da Bahia, o 07 de setembro de 1822 é uma data simbólica, pois uma enorme parte do que viria a se tornar o Brasil, como a região nordeste, ainda não era independente. A Bahia se tornará independente apenas em 02 de julho de 1823, com uma grande participação da camada popular no projeto de expulsão dos portugueses do território baiano.

Personagens como Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa de Oliveira, Corneteiro Lopes, são exemplos de pessoas que de diferentes meios lutaram contra os portugueses. Ademais, a festa de 02 de julho que marca a independência do Brasil na Bahia, também inclui atualmente a figura da cabocla e do caboclo que representam o exército formado por indígenas tupinambás, negros libertos, escravizados enviados por seus senhores, brancos pobres e soldados voluntários que lutaram na guerra.

CONSTITUIÇÕES PARA QUEM?

13 de maio- Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos...[...]... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha.[...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual - a fome! (JESUS, 2014, p.31-32)

Ao lermos o trecho do diário de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, escrito 70 anos depois da Lei Áurea, podemos perceber como a população negra ainda estava marginalizada da sociedade. Além disso, se compararmos a sua fala com o Brasil atual podemos notar que tal semelhança ainda se mantém presente.

Mas e aí, o que de fato mudou com a separação da metrópole? O que de novo a modernidade trouxe para o Brasil? **Quase nada.** As tradições coloniais se mantiveram e a escravidão também. A Constituição de 1824 outorgada por D. Pedro I não mencionará os povos indígenas e nem a população negra como cidadãos brasileiros, e durante quase todo Império houve uma lei que dizia que os africanos libertos não eram brasileiros. E o fim da escravidão?! Só 66 anos depois da independência que a Lei Áurea foi assinada, mas os então libertos não tiveram nenhuma forma de aparato pelo Estado.

Dessa forma, o que se nota no processo de independência do Brasil, é a criação de um país onde o colonizador se manteve como comandante. Além disso, como defendido pelo historiador Thiago Campos Pessoas no podcast Projeto Querino, “o Brasil ele nasce como um país de fato, como um Estado Nação, atrelado ao tráfico de africanos porque esses agentes do tráfico eles estão diretamente envolvidos e de maneira até bastante contundente na própria construção do Estado Nação” (Episódio: A grande aposta, 2022). Ou seja, o país emerge na base do escravismo negro, um país que silencia e tenta apagar da sua história as contribuições dos negros e

indígenas para a construção do Estado. Dessa forma, assim como defendido neste mesmo episódio do podcast, outros possíveis Brasis poderiam ter emergido desse processo de independência, que contou com ações de diferentes sujeitos históricos. Porém, o Brasil que vingou, foi um Brasil baseado na mão de obra escravizada, um Brasil onde o racismo é estruturante das nossas bases sociais até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando então ao Brasil atual e refletindo sobre esse processo de criação do Estado Nacional Brasileiro, percebemos que há mais continuidades do que rupturas com as tradições coloniais, mesmo se passando 200 anos de separação da metrópole. Infelizmente o racismo ainda é estruturante de nossa sociedade, os povos indígenas ainda são vistos como bárbaros. Ah, e as mulheres ainda são marginalizadas em relação aos homens.

Voltando então, a um de nossos questionamento lá do início onde nos propusemos a tentar entender como que com 200 anos de independência uma camada da população ainda vê no passado monárquico um Brasil onde tudo era melhor. Há de se considerar que nossa política ainda é feita por homens brancos, onde indígenas, negros e mulheres não tem espaço, mesmo considerando os grandes pequenos avanços que tivemos nos últimos anos, mas que no governo Bolsonaro só tiveram retrocessos. Para entender esse dilema então, é indispensável refletir sobre quem detém o dinheiro no nosso país, e conseqüentemente o poder. Como diz Jessé Souza: "O poder é a questão central de toda sociedade. [...] É ele que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído." (SOUZA, 2019, p.12).

Para não terminarmos nossa reflexão de maneira pessimista, há de se considerar que novos estudos historiográficos vem tendo uma grande importância para entendermos esses múltiplos sentidos de independência, o IHGB tem revisto sua postura de maneira crítica em relação a como a identidade nacional fora forjada. Ademais, os movimentos feministas, os movimentos indígenas e negros, vem tensionando e reivindicando seus direitos.

Por fim, e não menos importante, é indispensável ressaltar que não é com um coração mergulhado em formol que queremos comemorar a nossa independência, e sim com menos desigualdade social, segurança para a população negra e indígena,

saúde e educação para todos. Como dizia meu professor de História do ensino médio, a luta continua!

Referências

Às vésperas dos 200 anos da Independência do Brasil: O quê e como discutir?

Canal: Revista Almanack. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=5raH_kTALsg. Acesso em: junho de 2020.

Brasil pede coração de D. Pedro I emprestado para comemoração dos 200 anos de independência. G1. Publicado em 09 de maio de 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/09/brasil-pede-coracao-de-d-pedro-1-emprestado-para-comemoracao-dos-200-anos-da-independencia.ghtml>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **“Vote no Rei”: o plebiscito de 1993. (Artigo).**

In: Café História – história feita com cliques. Disponível em:

<https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Publicado em: 24 ago. 2010. Acesso em: 04 de julho de 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX).** História Social. Campinas, n. 19, jul-dez. 2010.

DANTAS, Mônica Duarte. **Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro.** In: aa.vv., Rumos da Cidadania. São Paulo: Instituto Prometeus, 2010.

Guerras do Brasil.doc. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Canal Curta! Brasil: Netflix, 2019. 1º epis.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** - 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

KRAAY, Hendrik. **A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831.** Almanack Braziliense. São Paulo, n. 11, p. 52-61, maio/2010.

KRAUSE, Thiago; PACHÁ, Paulo. **Nostalgia Imperial.** Folha de São Paulo, 19/07/2020.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão.** In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs). O Brasil imperial (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **As partes e o todo: Uma leitura de “Nostalgia Imperial”.** Almanack, Guarulhos n.7, p.165-168, 1º semestre de 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 1 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Estado e política na Independência**. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org). O Brasil Imperial (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

NUNES, Vicente. **Coração de D. Pedro I chega ao Brasil em clima de acirramento político**. Correio Braziliense. Publicado em: 21 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/08/5030876-coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-em-clima-de-acirramento-politico.html>. Acesso em: 03 de outubro de 2022.

Projeto Querino: **A Grande Aposta**. Roteiro: Tiago Rogero. Produção: Rádio Novelo, 06 de agosto de 2022. Podcast. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/a-grade-aposta/>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

SLAMA, Fernanda. **O 2 de julho - Independência do Brasil na Bahia**. Disponível em: <https://www.salvadorbahia.com/o-2-de-julho-independencia-do-brasil-na-bahia/>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

Capítulo 2
IMIGRAÇÃO ILEGAL: REALIDADES E
PERSPECTIVAS

Maria Eduarda Ratko Jantara
Denis Ferreira

IMIGRAÇÃO ILEGAL: REALIDADES E PERSPECTIVAS

Maria Eduarda Ratko Jantara

Colégio Realeza

madudajantara@gmail.com

Denis Ferreira

Colégio Realeza

ferreira.denis_2011@hotmail.com

RESUMO

O conceito de migração de forma geral é conceituado como a saída de um indivíduo ou de um grupo de sua terra, para outro local/país em busca de melhores condições de vida, trabalho e bem-estar. As motivações relacionam-se não apenas a busca por uma melhoria de sobrevivência, mas incluem perseguições religiosas, políticas, sociais e raciais por parte de terceiros. Nesse quesito, existe uma segunda classificação: Imigração ilegal. A qual define-se como o processo migratório sem estar contido nas restrições e leis das barreiras migratórias e dos órgãos que regulamentam a sua entrada no país, o qual não é seu de origem. No Brasil, a imigração ilegal inicia-se com o tráfico negreiro (escravos africanos) derivado da colonização portuguesa em continente americano e com o passar dos séculos, a corrente migratória é oriunda de países vizinhos principalmente. O ato de estar ilegalmente em um país traz consigo diversas consequências ao indivíduo, como por exemplo: a mudança na sua identidade cultural, já que o mesmo passa a estar em terras que não são de suas raízes originais; a irregularidade trabalhista, na qual o migrante fica à vulnerável a empregos muitas vezes análogo a escravidão, o que colabora para a violação dos direitos humanos; há também casos de intolerância e xenofobia, as quais intensificam a exclusão social do migrante. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo fazer uma discussão teórica sobre o tema apresentado anteriormente, buscando a reflexão e o aprofundamento em relação a este tema tão pertinente.

Palavras-chave: Imigração; Identidade; direitos humanos.

ABSTRACT

The concept of migration in general is known as the departure of an individual or a group from their land to another place/country in search of better living, working and well-being conditions. by relationships, they not only seek an improvement in survival, but also religious, political, social and racial pursuits on the part of third parties. In this regard, there is a second classification: Illegal immigration. Which is defined as migratory without being established the migratory process and laws of the barriers of the bodies that m their entry into the country which is not regulated or regulated. In Brazil, illegal immigration either begins illegally with the American continent and with the current of centuries. The act of being in a country illegally brings with it several

consequences for the individual, such as: the change in their cultural identity, since they start to be in lands that are not from their original roots; labor irregularity, in which the migrant is vulnerable to victims of abuse, which contributes to the enslavement of rights; there are also cases of intolerance and xenophobia, which are intensely exclusive to migrants. Therefore, this work aims to make a theoretical discussion on the topic presented above, seeking a reflection and deepening in relation to this very relevant topic.

KEYWORDS: Immigration; Identity; human rights.

1. INTRODUÇÃO

Um assunto pouco debatido entre as questões sociais, mas com grande importância para o entendimento da composição de uma sociedade e as suas respectivas engrenagens, tanto no âmbito cultural, econômico e civil, a imigração, além de abranger termos geográficos, engloba a história, a cultura e a filosofia de vida do indivíduo em questão, o qual submete-se a diversos perigos e enclaves da vida e da sociedade para atingir alguns objetivos, entre eles o de melhorar as condições de vida.

Em muitos casos, os migrantes buscam outra nação para que sejam acolhidos e consigam estabelecer-se, construindo outro panorama da realidade, sem conflitos, guerras e perseguições, vivenciados na sua terra natal. Esses migrantes, sujeitando-se a diversas situações que em muitos casos os expõem a riscos, inclusive a vida.

Este trabalho, entre outros objetivos, busca retratar a dificuldade e a pouca percepção que a sociedade tem sobre a vida e condições sociais da maior parte dos migrantes. Além disso, busca-se colocar em visibilidade os indivíduos que se encontram em situações de exploração, perseguição,

A partir de uma análise sobre a imigração ilegal no Brasil, buscamos discutir como este processo influencia e acarreta consequências para a sociedade brasileira, tanto em aspectos demográficos, como sociais.

Também buscamos contemplar neste trabalho, o impacto da migração na identidade do migrante, de sua condição quando adentra de forma ilegal e a falta de políticas que visem e norteiem tais indivíduos para uma melhor condição de sobrevivência.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA/BIBLIOGRÁFICA

2.1. Migrações como campo de estudos

2.1. O conceito de MIGRAÇÃO

Os fluxos populacionais que se convergem e divergem-se por todos os países apresentam diferentes classificações. Afinal, diversos são os motivos que ocasionam a saída ou a entrada em um país. Sendo assim, não podemos contemplar esta análise em apenas um conceito, pois há diferentes olhares para as formas de migração.

A migração, como conceito geral é a movimentação de entrada ou de saída de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos entre países diferentes ou dentro de um mesmo país, sendo entendido como o processo de se deslocar no espaço geográfico (SAYAD, 1998). Tal definição faz gerar ramificações que irão classificar o tipo de migração, como por exemplo a emigração e a imigração.

A emigração, se define como a movimentação de um migrante saindo de sua região de origem, portanto, um emigrante é assim chamado pelas pessoas que ele deixa no seu local de origem. Já o conceito de imigração, se caracteriza chegada de pessoas em um determinado território. Para Sayad (1998) *apud* Ferreira (2019, p. 65), emigrante e imigrante são as duas pontas do processo migratório, sendo usado diferentes conceitualizações dependendo da posição do observador. Portanto, o imigrante é chamado assim pela sociedade onde ele chega.

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” neste dia para a sociedade que assim o designa (SAYAD, 1998, p. 16).

Nesse quesito, o ato de migrar também se justifica e classifica-se de acordo com as motivações de saída ou de entrada em um país. A migração forçada por exemplo, se caracteriza pela saída contra a vontade do indivíduo em questão, podendo ser ilustrado como a vinda dos escravos africanos para o Brasil, no período colonial. Porém também, o fluxo populacional se dá por espontaneidade, onde pela própria vontade do indivíduo, muitas vezes interessado e motivado por melhores condições de vida, sai de seu país de origem com destino aquele que mais lhe apetece.

2.2. Imigração Ilegal

A imigração ilegal caracteriza-se por um processo migratório, porém sem estar contido dentro das normas reguladoras, violando as legislações de entrada em um país, o qual não seja o seu de origem.

Entradas não autorizadas: cidadãos de um determinado país que entram de forma clandestina num outro país. A maioria fá-lo através de fronteiras terrestres, mas a via marítima é também frequentemente utilizada. (CIERCO, 2017).

Segundo a autora, a imigração ilegal envolve questões entre os territórios, bem como, barreiras migratórias. Este assunto possui uma menor produção científica, acarretando na dificuldade do acesso sobre os conhecimentos da imigração ilegal.

Outros autores também escrevem sobre este tema:

(...) a imigração clandestina vem se tornando importante alternativa aos problemas internos que muitos países africanos, asiáticos ou latino-americanos enfrentam, desde as crises econômicas, passando por crises políticas e perseguições de toda sorte, até os problemas ambientais como secas, terremotos, dentre outros ou às restrições de entrada aplicadas por diversos países, dentre os quais os Estados Unidos da América (OLIVEIRA e GIACOMETTI, 2019).

Desta forma, a imigração clandestina possui motivadores, muitas vezes atreladas a conflitos, perseguições, precariedade econômica, os quais causam a repulsão social de determinados grupos de alguns territórios.

As imigrações ilegais, favorecem a exploração e a precariedade de vida do sujeito migrante, visto que perante a lei estes sujeitos não existem, motivando uma exploração velada por parte de muitos outros agentes sociais.

Sendo assim, torna-se importante o estudo sobre imigração ilegal afim de visibilizar e difundir as informações e os dados para a sociedade, além de informar as contribuições desses indivíduos na força produtiva de um país.

2.3. Imigração Ilegal no Brasil

Os fluxos migratórios observados no território brasileiro, tem suas origens a partir da colonização portuguesa. A corrente de europeus e da mão de obra escrava

africana são exemplos palpáveis para descrever e exemplificar as motivações que impulsionaram a massa populacional deslocada para o Brasil.

O processo migratório deve ser compreendido em uma perspectiva racional, como um sistema em que se conectam as regiões de origem e destino, e entres estas se constituem mecanismos intermediários cruciais para a compreensão dos padrões estruturais característicos de cada sistema de migração. (FAZITO, 2008 [2005], p.154)

Nesta perspectiva, em meados de século XIX e início do século XX, o grande contingente de imigrantes não é o mesmo que anteriormente. Atualmente, pequenas porções de imigrantes europeus se deslocam para o território, não mais com os objetivos de povoamento das regiões e branqueamento da população.

O Brasil no contexto da América Latina se coloca em uma posição econômica de destaque, comparado aos vizinhos, o que se configura como um motivo que fortalece a imigração ilegal regional, como verificado a seguir:

O Brasil, embora classificado como país de modernidade tardia, encontra-se em condição econômica preponderante em relação a seus vizinhos, mormente países de economia menos desenvolvida como Paraguai e Bolívia. A situação econômica periclitante em tais países e a facilidade de acesso ao território brasileiro são elementos que acabam por fomentar a imigração ilegal de trabalhadores, que adentram no país sem necessidade de visto, mas aqui permanecem após o período legal autorizado a fim de manter trabalho remunerado, atuando à margem da lei (SALADINI, 2011 p.12/13).

Segundo a autora, a situação das economias frágeis dos países da América latina e a facilidade em acessar o território brasileiro, são elementos que contribuem para a imigração ilegal dos trabalhadores. O Brasil não requer visto de entrada para os vizinhos latino americanos, o que desburocratiza o processo de migração e até mesmo o facilita.

Cavarzere (2001, p.155-157) afirma que “(...) os trabalhadores imigrantes são predominantemente originários de países menos desenvolvidos e das áreas rurais menos industrializadas dos estados exportadores de mão-de-obra”. Indivíduos nessa situação sofrem exploração, pois a sua condição de imigrante, muitas vezes ilegal, lhe impõe barreira quanto ao acesso instituições e sistemas para proteção, pois temem ser deportados do território, voltando as condições insalubres as quais se encontravam no país de origem.

Portanto, o ato de migrar envolve uma gama complexa de relações. Se olharmos pela lógica dos direitos humanos, percebemos o quanto os imigrantes,

principalmente os ilegais, sofrem com as condições e situações as quais são submetidos no país receptor. Neste sentido, a discussão dos direitos humanos e a consequência da imigração ilegal merecem uma discussão mais ampla, que será abordada a seguir.

2.3.1. As consequências da Imigração Ilegal

Quando pensamos em imigração, mais do que o processo, devemos pensar no migrante como ser humano, como parte de um todo que têm necessidades, vontades e direitos. No entanto, percebemos que muitas vezes o imigrante ilegal não é assim compreendido, o que acarreta muitas consequências negativas para ele.

O imigrante também traz consigo os seus traços culturais, seus modos de vivência, seu saber fazer, em resumo a sua identidade cultural. O conceito de identidade é caracterizado por um conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la. Ao sair de seu país originário, o imigrante começa uma jornada gradual para a construção de uma nova identidade de acordo com o novo país, o qual agora é/será seu lar. Além disso, as posições ideológicas, religiosas, sociais e culturais influenciam diretamente na construção identitária do indivíduo.

Nesse quesito, imigrantes adquirem diversas identidades de acordo com os locais que habitam posteriores aos originários, contribuindo para a mescla de culturas e saberes, ocasionados principalmente pela chegada da globalização a qual contribui para as inter-relações culturais de países. Segundo Denipot *et al* (2009) as relações sociais estão cada vez mais globalizadas, as quais por sua vez, acabam sendo afetada por tanta facilidade de acesso a mesma, ocasionando a miscigenação identitária e cultural de etnias e nações distintas.

Nesse contexto o imigrante ilegal, também contribui para a mudança na identidade cultural do imigrante, a qual é marcada em muitos casos pela exclusão. Além disso, a xenofobia, discursos de ódio e a fragilização e desolação do mesmo após sair de seu país onde se encontra suas raízes e identidade, fomentam a invisibilidade desse indivíduo, o qual permanece às margens da sociedade.

Outra consequência, é que devido a sua irregularidade trabalhista, ficando a mercê do processo exploratório, contribui para o fortalecimento de empresas que utilizam do trabalho análogo a escravidão para a geração de lucro. Estes imigrantes,

em muitos casos sofrem ameaças dos patrões, gerando um sentimento de medo devido a estas condições, como podemos observar a seguir:

Amontoando várias famílias em uma casa, os proprietários cobram por transporte e moradia. Isso pode configurar um sistema de semi-escavidão, já que os empregados ficam atados às suas dívidas com os patrões. As condições de trabalho, tampouco, são ideais: muitas pequenas oficinas se localizam em porões sujos e sem ventilação. Não é incomum que os trabalhadores adoeçam. Eles são coagidos a não abandonar o trabalho, exigir seus direitos ou denunciar eventuais maus-tratos. O medo da deportação é uma mordada poderosa e se manifesta na ameaça de denúncias à Polícia Federal.(OLIVEIRA e SERÁVOLO, 2005, p.1)

Desse modo, podemos analisar os diversos enclaves presentes no processo migratório. A busca de melhores condições de vida e de sobrevivência, muitas vezes são marcadas pela sujeição a trabalhos exploratórios, desumanos e que ferem qualquer direito estabelecido a sobrevivência.

A falta de políticas públicas que auxiliem esses indivíduos em situações de vulnerabilidade também é um grande desafio que a população migrante enfrenta. Enquanto os projetos de Estado são insuficientes para amparar os imigrantes na condição de ilegalidade, a situação e os problemas relacionados a exclusão continuarão.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica, com uso de artigos e livros, predominando o trabalho teórico. Utilizamos desta metodologia, buscando contribuir com este debate, visto que o tema não é amplamente discutido. Através da pesquisa científica poderemos ter mais acesso ao cenário da migração e suas consequências ao Brasil, tanto positivamente como negativamente, sendo importante a relevância dos dados estatísticos, históricos e que tragam veracidade de informação para a população de modo geral.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Através dessa revisão bibliográfica sobre o tema da imigração ilegal, pudemos refletir sobre a situação dos imigrantes ilegais, os quais, muitas vezes são

desassistidos pelos órgãos públicos. Muitos imigrantes ilegais, mesmo tendo o apoio das leis, muitas vezes não tem os direitos básicos, como saúde e educação, efetivados.

Além disso, todo o processo de migração, da saída do país de origem e a chegada no país receptor, é marcada pela mudança na identidade cultural dos imigrantes, pois, além de enfrentarem o sentimento de exclusão por parte da sociedade, muitas vezes são explorados.

Quando nos referimos ao imigrante ilegal, a não regularização destes perante a lei facilita a exploração por parte de empresas, condicionando assim situações análogas ao trabalho escravo, precariedade na qualidade de vida e desmotivação do imigrante, fazendo com que os direitos básicos de um ser humano sejam violados.

Desta maneira, antes de pensarmos em políticas para migração, precisamos de políticas para migrantes, visto que estes são os mais afetados pelos processos burocráticos e políticos dentro de qualquer nação que se deseja ser inserido e incluído. A partir disso, grandes são as dificuldades presenciadas por esses indivíduos que, com aspecto sonhador e esperançoso, desprendem-se de suas raízes religiosas e culturais para iniciar a busca de melhores condições de vida tanto para ele como para sua família em outros países, os quais por vezes não apresentam estruturas suficientes e fortes para receber e incluir esses indivíduos na sociedade.

Além disso fatores como intolerância, discriminação e xenofobia marcam a hostilidade da população perante aos migrantes. Dessa forma, necessita-se de leis e políticas públicas que subsidiem e contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos imigrantes, as quais são fundamentais para que estas situações de exploração sejam evitadas.

6. REFERÊNCIAS

SALADINI, Ana Paula Sefrin. Direitos Humanos, cidadania e o trabalhador imigrante ilegal no Brasil. **Direito UNIFACS–Debate Virtual**, n. 128, 2011.

DE MORAIS, Albertin Isaías. **A imigração haitiana para o Brasil: causas e efeitos. Humanities Commons**. 2013. Disponível em: <https://hcommons.org/deposits/item/hc:22517/>. Acesso em: 01/04/22

CIERCO, Teresa. **Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais**. Fluxos migratórios e refugiados na atualidade 2017. Disponível

<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/111036/2/256342.pdf> Acesso em: 15/04/2022.

OLIVEIRA, Márcio de; GIACOMETTI, Renata B. Imigração clandestina no Paraná, 2006-2017: uma análise a partir de dados da Marinha do Brasil-Diretoria de Portos e Costas. **Tla-melaua: revista de ciencias sociales**, v. 13, n. 1, p. 184-207, 2019.

FAZITO, Dimitri. **Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo**. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: 2008.

CAVARZERE, Thelma Thaís. **Direito Internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas, segunda edição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DENIPOT, Claudio; Et al. **Identidade regional e identidade Étnica**. Especialização em História, Arte e Cultura. Ponta Grossa. UEPG/NUTEAD, p. 121-138. 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

OLIVEIRA, Gisele de; CERÁVOLO, Paulo Vinícius. **Por um punhado de reais**. Brasília: Revista da Anamatra, no. 49, jul-dez/2005.

Capítulo 3
JACQUES LE GOFF: OPERACIONALIZAÇÃO DO
IMAGINÁRIO
Winicius Rosa Martins

JACQUES LE GOFF: OPERACIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Winicius Rosa Martins

Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás Campus Norte. Atua na área de história medieval, historiografia e história e cinema. Atualmente, Mestrando em história pela Universidade Estadual de Goiás Campus Sul – Morrinhos-Go. Email: winiciusrosa40@gmail.com.

RESUMO

A análise do conceito de imaginário medieval nas obras de Jacques Le Goff (1924-2014) faz surgir um paradoxo, por vezes é tratado enquanto mentalidades, sensibilidades ou automatismos, todavia, refere-se ao coletivo social. Em obras como *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* (1983) e *O imaginário medieval* (1985), o conceito de imaginário adotado pelo autor apresenta-se como uma categoria onde se encontram às representações, símbolos, ritos e costumes da sociedade medieval. Desse modo, problematizamos, se podemos entender o conceito de imaginário tratado pelo autor como um instrumento operacional para analisar o cerne cultural da sociedade medieval.

Palavras-chave: Jacques Le Goff; imaginário; sociedade; medieval.

ABSTRACT

The analysis of the concept of medieval imaginary in the works of Jacques Le Goff (1924-2014) raises a paradox, sometimes it is treated as mentalities, sensibilities or automatisms, however, it refers to the social collective. In works such as *O Maravilhoso e o Quotidiano no Oeste Medieval* (1983) and *The imaginary medieval* (1985), the concept of imaginary adopted by the author is presented as a category where representations, symbols, rites and customs of medieval society are found. In this way, we question whether we can understand the concept of imaginary treated by the author as an operational instrument to analyze the cultural core of medieval society.

Keywords: Jacques Le Goff; imaginary; society; medieval.

INTRODUÇÃO

O aprofundamento sobre Idade Média mostra-se um desafio para historiadores da América, em razão, primeiramente, do distanciamento socio-temporal, e do contato com as fontes originais, deste modo, as pesquisas que realizamos sobre o Ocidente medieval quase sempre é fecundo por meio da historiografia. O presente artigo adota essa metodologia de análise e se lança sobre as obras de Jacques Le Goff,

considerado um dos maiores medievalistas do século XX, Le Goff revolucionou não só o modo como os novos historiadores pensam e articulam-se com a sociedade medieval, mostrou a possibilidade de historiadores se beneficiarem com a interdisciplinaridade. A partir da aproximação com a antropologia o conceito de imaginário surge para a história como capaz de estudar a fundo o social cotidiano e o seu não consciente, entendemos o conceito de imaginário postulado por Jacques Le Goff como um conceito operacional, permitindo-lhe migrar dentro da sociedade medieval, indo do real ao mental, e deste ao material, as representações.

Em *Heróis e maravilhas da Idade Média*, Jacques Le Goff propôs uma definição do conceito de imaginário, “como o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que transforma a realidade em visões ardentes do intelecto” (LE GOFF, 2020, p.12). Posto isso, podemos entender o imaginário enquanto sistema de símbolos e significados, onde os indivíduos se movem, buscam seu referencial e lhe atribuem novos, preso ao não consciente do indivíduo o imaginário norteia suas relações com o coletivo, trata-se de um reservatório simbólico construído coletivamente onde todos da sociedade possuem acesso. A proposta deste artigo restringe-se a operacionalização do conceito de imaginário afim de compreender o ethos⁵ cultural do medievo, presente em *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* (1975) e *O imaginário medieval* (1985).

Desse modo, levantamos a seguinte hipótese, se para Jacques Le Goff no medievo o imaginário se apresenta como manifestação da encruzilhada cultural, entre o popular e o oficial, podemos considerar, portanto, a existência de dois quadros metaempírico⁶, o sobrenatural e o maravilhoso, se sim, o conceito de imaginário seria o método de análise operacional adotado pelo autor para a compreensão do social. Enquanto aquele, o sobrenatural, está em outro plano supralunar, céu, inferno, e próximo ao final do século XII, o purgatório, onde encontram-se as figuras do sagrado, os anjos, os santos, e os patriarcas. O maravilhoso está em outros espaços do cotidiano popular, uma floresta, um deserto ou às estradas, manifestam-se aí as criaturas antropomórficas, o homem selvagem, o lobisomem, as fadas, os seres místicos, os unicórnios, os dragões, e, por fim, os heróis e os ladrões. Entre o oficial

⁵ O termo de “ethos” utilizado neste trabalho é retirado da obra de Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*. Compreende-se, o “ethos” de uma sociedade como sendo seu elemento central norteador da vontade, e da moral, coletiva.

⁶ Apropriamos aqui do conceito de “quadro metaempírico” definido pelo autor Wouter J. Hanegraaf (2017).

e o popular revela-se seus interlocutores, no cristianismo medieval está presente a figura dos os profetas e dos sacerdotes, no popular está a figura do magico, interlocutor do místico.

A FORMULAÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO IMAGINÁRIO

Vale ressaltar o imaginário enquanto uma construção cultural e, portanto, cada sociedade possui o seu. Sergio Miceli (2007, p. VIII), em referência a Bourdieu, salienta que apesar de ser abrangente o termo de “cultura” seria possível a sua distinção em duas principais posturas, por um lado encontra-se o postulado de Kante e “seus herdeiros Cassirer, Durkheim e Lévi-Strauss”, consideram a cultura e, portanto, todo os seus sistemas simbólicos como responsáveis pela forma “nodal” que uma determinada sociedade se apresenta e influencia os seus membros. Para Max Weber (2009) a cultura e os sistemas simbólicos são instrumentos de poder, ou de legitimação do poder daqueles que já o exercem, logo, a cultura possui e precisa de seus interpretes principalmente no campo religioso.

Para Le Goff estudar o imaginário enquanto o centro “de uma sociedade é ir ao fundo da sua consciência e da sua evolução histórica. É ir a origem e a natureza profunda do homem” (LE GOFF, 1985, p. 16-17). O cultural se apresenta ao autor como o todo, é o direcionamento do seu olhar sobre o religioso em oposição ao popular no medievo que lhe permite encontrar a separação em dois grupos. Segundo Peter Burke⁷, o conceito de imaginário aparece como uma quase apropriação do campo da antropologia pelos historiadores medievalistas do movimento dos *Annales*, a interdisciplinaridade possibilitará aos historiadores franceses maior aproximação com o método da sociologia e da antropologia. Para François Dosse (2003), é no encontro com essas duas disciplinas que Le Goff encontrou a possibilidade de estudar o comportamento, o pensamento e representações do passado soterradas pela superestrutura Braudeliana. Burke afirma que Le Goff é quem sofisticou o pensamento histórico em relação à sociologia e a antropologia.

⁷ Peter Burke (2010), apesar do título de “*A Escola dos Annales (1929-1989)*” prefere tratar pelo termo de “Movimento” a revista dos *Annales*, segundo ele, por não existir um modelo monolítico ideal a ser seguido à risca por poucos membros, e sim um movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre que colocam a história enquanto a busca de respostas para um problema, interdisciplinar e global, com a participação de vários historiadores, sociólogos e antropólogos. É desse encontro para o autor que surge obras como as de Le Goff e Georges Duby tratando sobre o pensamento e comportamento dos homens no medievo.

Sua contribuição mais substancial, contudo, para a história das mentalidades, ou à história do “imaginário medieval”, como agora se denomina, foi realizada vinte anos depois com a publicação do *La naissance du Purgatoire*, uma história das mudanças das representações da vida depois da morte (BURKE, 2010, p. 97).

Em *O Nascimento do purgatório*⁸ (2017), o autor demonstra como as mudanças no social influenciaram diretamente a forma como é construído, ou transformado, o plano divino da sociedade medieval. Se esta transformação ao final do século XII está relacionada ao surgimento de uma nova classe, os comerciantes, os intelectuais e os banqueiros, acrescenta-se a consolidação da Igreja e das estruturas sociais, os laços de dependência, neste livro Le Goff comprova a possibilidade do estudo dos campos mentais, do consciente e do não consciente, os automatismos do passado.

Neste sentido, Jacques Le Goff pratica uma história interdisciplinar ao se apropriar dos conceitos da antropologia, em especial da antropologia de Claude Lévi-Strauss⁹. Enquanto para Clifford Geertz (2008) a cultura se apresenta como uma teia de símbolos, aqueles procuram efetivar suas análises do social a partir das estruturas criadas pela cultura, a linguística, às religiões e o campo mental. Em ambos autores encontramos um consenso, pois, compreende-se que os indivíduos vivem sob as estruturas que eles próprios criam em sociedade. Para Evelyne Patlagean (2005, p.40-403), “Jacques Le Goff prendeu-se, em toda a sua obra, à alternativa entre cultura erudita e cultura popular, à dialética cultural entre os clérigos e o povo durante a altíssima Idade Média, decifrou os desejos, as fantasias e as leituras das gerações”. O imaginário enquanto método operacional permite que o autor aprofunde sua pesquisa, a partir das representações simbólicas, é possível, portanto, dizer o que é idealizado por uma sociedade e o que faz parte do não consciente. O imaginário no medievo apresenta-se enquanto uma construção do social, deste modo, este método adotado pelo autor lhe permite chegar ao ethos medieval.

⁸ Para evitar a compreensão resumida do que está posto, faz-se fundamental a consulta do segundo capítulo de *O nascimento do purgatório* (2017, p. 195-316), nessa edição o autor apresenta os lugares do além antes do surgimento do purgatório, em processo gradual Le Goff chega ao marco do nascimento do purgatório como sendo uma longa preparação da própria cristandade para este momento, algo já debatido entre os pais da igreja, que somente com uma transformação do social é viabilizado. Vale ressaltar que, não foi apenas um fator condicionante para a mudança estrutural do além cristão, e sim conjecturas complexas, que envolveram toda a hierarquia social.

⁹ Sobre a aproximação da história com o estruturalismo, ressalta-se a importância da leitura do capítulo *A história das estruturas* de Krzysztof Pomian, presente na coletânea *História Nova* (2005).

A OPERACIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Sobre a cultura de uma sociedade, Geertz (2008, p.93,) define o ethos como “o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”, esse tom normativo caracteriza-se no medievo como a religião católica. Contudo, em Geertz a religião pode ser entendida enquanto um sistema simbólico que atende a um determinado cerne social, e, portanto, estabelecem motivações e justificativas às ações dos indivíduos que dela compartilham. Para Wouter Hanegraaf (2005) um sistema simbólico é algo que “influencie as ações humanas, sendo esta capaz de moldar a organização social, cuja existência não pode ser negada ou comprovada por meios empíricos” (p. 195-239).

Outrossim, para Hanegraaf (2017) o quadro metaempírico de uma sociedade refere-se ao plano supralunar das religiões, espaço esse distante do mundo físico, a religião, portanto, seria um sistema simbólico dentro de uma instituição, essa por sua vez é quem legitima o quadro metaempírico do social, é ela e seus adeptos quem lhe alimenta, sem este alimento, o culto, às divindades tendem a deixar de existir e o quadro metaempírico é apagado ou substituído por um novo. Neste trabalho, a instituição analisada é a Igreja católica, portanto o quadro metaempírico são os lugares do além, o céu, o inferno e o purgatório, contudo, observamos que o popular apresenta a construção de um segundo quadro metaempírico, o maravilhoso. O oficial caracteriza seu quadro metaempírico como sobrenatural e advindo do além, entrando em contato com o indivíduo por intermediários ou por manifestações, bem como, o sacerdote, o profeta, os santos, anjos, e demônios, enquanto o popular representaria o seu quadro metaempírico, o maravilhoso, a partir de suas tradições e vivências cotidianas, daí surgem criaturas como animais e homens selvagens, antropomórficas e mágicas, como as fadas e unicórnios.

Jacques Le Goff ao tomar o imaginário enquanto método operacional, evidencia nas representações coletivas a ocupação do quadro metaempírico popular pelo oficial, a igreja católica se apropria dos símbolos, o alimento do quadro metaempírico, para legitimar seu domínio. Para Pierre Bourdieu (2007), ao longo do processo histórico as crenças que se designaram como cristãs, devem a sua sobrevivência ao fato de conseguirem se transformarem, isto é, mediante as transformações do social e das funções que esta, a igreja, lhe presta. Para tanto,

de um ponto de vista sincrônico, as representações e as condutas religiosas que invocam uma mensagem original única e permanente, devem sua difusão no espaço social ao fato de que recebem significações e funções radicalmente distintas por parte dos diferentes grupos ou classes (BOURDIEU, 2007, p.52).

A Igreja católica no século XIII criou para si, uma falsa aurea de unicidade, a dominação da igreja não era total por não haver métodos de apagamento do imaginário social, mais sim de assimilação, contudo a aceitação de imaginários diferentes sob seu manto não significava que esta era pacífica quanto às heresias, basta recorrermos a cruzada contra os albigenses ainda no século XIII. Contudo, segundo Bourdieu, quando uma sociedade perde sua pluralidade religiosa estrutural, própria aos seus diferentes grupos ou classes, uma nova estrutura se organiza a partir de duas posições.

- 1) os sistemas de práticas e de representações (religiosidade dominante) tendem a justificar a hegemonia das classes dominantes;
- 2) os sistemas de práticas e de representações (religiosidade dominada) tende a impor aos dominados um reconhecimento da legitimidade da dominação fundada no desconhecimento do arbitrário da dominação e dos modos de expressão simbólicos da dominação, (2007, p. 53).

Para Le Goff o imaginário medieval é o pano de fundo mental tecido a partir de um hibridismo cultural, deste modo, as representações de um grupo, ou classe, como a igreja católica, no coletivo seriam passíveis de inúmeras reinterpretações e de novas representações. No medievo a restrição do círculo do oficial sagrado, se apresenta a partir de quem pode ou não participar dos rituais, cerimônias, e de quem decide o que é importante ou irrelevante para o todo, sendo o profeta seguido do sacerdote. Fora dos espaços “sagrados simbolicamente”, o indivíduo faz sua própria representação de sagrado e do maravilhoso, portanto, esse contato entre o oficial e popular é a forja de novas representações.

Segundo Hilário Franco Júnior (2010, p. 45-47), o conceito de imaginário surge para Le Goff em *O Imaginário Medieval* (1985), como uma visão macro da sociedade medieval, de modo a abarcar as questões do religioso e do maravilhoso no medievo. Equivale-se a compreensão moderna de maravilhoso no medievo o termo *mirabilis*, no plural *mirabilia*.

No Ocidente medieval os *mirabilia* tiveram a tendência para organizar-se numa espécie de universo virado ao contrário. Os temas principais

são: a abundância alimentar, a nudez, a liberdade sexual, o ócio. Parece-me poder dizer-se, sem exagerar, que o maravilhoso foi em última análise uma forma de resistência à ideologia do cristianismo (embora não tenha sido esta por certo a sua única função, mas uma das mais importante). (LE GOFF, 2020, p. 21-22)

Le Goff coloca sob o campo do imaginário todas as questões que envolvem o coletivo, seu pensamento, suas sensibilidades, hábitos, representações e símbolos, enquanto no popular as representações são espontâneas, no oficial existe rituais de legitimação do intérprete, dos signos, e das representações. Ao falarmos de intérpretes do campo religioso, Weber (1972, p. 303) observa ser fundamental a diferenciação do caráter profético e do sacerdotal, grosso modo, o sacerdote para o autor parece estar dentro da instituição e seguir as regras que já estão pré-anunciadas por outros, enquanto que o profeta parece carregar consigo um caráter inovador de preanunciação e como tal novas vertentes surgem de suas revelações, ele se transforma em um normatizador, dos conjuntos de regras a serem seguidas.

Sob a ótica de Weber, podemos caracterizar no medievo um enorme número de sacerdotes em oposição à poucos profetas, sendo os profetas aqueles que direcionam o rumo pelo qual a crença seguirá, apenas os pais da igreja parecem alcançar esse prestígio no catolicismo, como Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Agostinho de Hipona, Gregório o Grande e Ambrósio de Milão, norteadores da igreja no Ocidente diretamente ou indiretamente. Parece existir uma miríade de sacerdotes no medievo, Jacques Le Goff apresenta a figura dos sacerdotes como os eremitas, Pedro de Amiens o monge Francês e dos santos padres como o São Francisco de Assis. Para Weber, o sacerdote faz parte de uma instituição legitimadora do seu “poder”, o profeta e o mago atuam somente em virtude de seu dom pessoal, “o mago é frequentemente pregador de divinação, funciona comumente como oráculo” (p. 304). Le Goff caracteriza o mágico medieval na terminologia dada pelo oficial, “magia negra que tinha haver como diabo, mas também uma magia branca considerada lícita, *magicus* é, portanto, o sobrenatural maléfico, o satânico”, (2020, p. 19).

Vislumbre do Oficial; Apagamento do popular

Ademais, sendo a história do imaginário empregada por Jacques Le Goff, uma compreensão do pensamento e do comportamento, compreendemos que operacionalizar o conceito é ir buscar no social todos os seus elementos formadores

e transformadores, isto é, se sob o campo de análise da história do imaginário estão as representações, os símbolos, ritos, costumes, gestos, as crenças, as religiões, os mitos, e a interação do indivíduo com o social, estudar o imaginário de uma sociedade é entender como todos esses quadros são construídos e transformados dentro dessa sociedade. Deste modo, A história do imaginário é uma história do pensamento social e de sua concretização no mundo real, para tanto, operacionalizar este conceito significa entender sua localização entre dois mundos o real e o imaginado, ambos criados pelo social.

Segundo Marcelo Cândido (2019), a cristandade no medievo era para os indivíduos sinônimo de pertencimento, isto é, da antiga Germânia a França ou dos reinos Ingleses a Itália, o indivíduo não se encontraria distante do cerne central de sua sociedade, continuaria imerso na cristandade, durante a baixa Idade Média o indivíduo era capaz de encontrar elementos significantes, representações, que o remeteria a um sentimento de pertencimento social, que seriam os próprios elementos da cristandade. São as estruturas estabelecidas pela igreja no medievo que restringiam a participação dos indivíduos nessa sociedade, o não batizado passa a ser excluído. A delimitação de pertencimento do homem medieval dentro do todo social a um imaginário específico, estava ligada a um determinado grupo, a uma cidade ou feudo. Para Bourdieu (2007), a existência de um pensamento hegemônico em uma sociedade não significa o apagamento de todos os outros que não se assemelha, são as fissuras dentro desse “todo social” que revelam o comportamento hegemônico desta estrutura.

Em oposição ao religioso como cerne cultural de pertencimento, para Le Goff o maravilhoso medieval manifesta-se para seus membros de diferentes formas para cada grupo, através dos fenômenos da natureza, das criaturas, das florestas, dos seres humanos antropomórficos. Contudo, Le Goff (2020) salienta que o imaginário medieval perdeu sua pluralidade em função da singularidade do cristianismo, isto é, o cristianismo “restringe o maravilhoso porque o refere a um só autor: Deus”.¹⁰ Através das representações o religioso oficial passa a regulamentar o imaginário social, o

¹⁰ O conceito de “autor único” na obra de Le Goff, em *O maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente medieval*, refere-se ao fato de todos os acontecimentos de cunho miraculoso no medievo, posterior ao imaginário pré-cristão, ainda que por intervenção de figuras sagradas, um santo, anjo, possuem em pano de fundo uma mesma divindade, que permite ou que estende o seu poder através do agente, o que no maravilhoso era uma pluralidade de causas é restringida pelo oficial a um único criador, (Le Goff, 2020, p. 18-23).

maravilhoso da baixa idade média perde o seu caráter de imprevisibilidade, o quadro metaempírico do popular sofre uma invasão dos elementos do oficial, a pluralidade do maravilhoso é substituída pela “ortodoxia do sobrenatural”, e pelo uso de suas imagens.

Para Jacques Le Goff (2016) essa pluralidade, os seres fabulosos e os lugares imaginados, é substituída pela contemplação dos símbolos cristãos, um objeto que remetia a ligação com o divino, existiu aí um processo de assimilação do popular ao oficial¹¹. Esse movimento de apropriação do oficial sobre o popular só é possível através de um longo processo de “cristianização”, e expansão da igreja católica pelo ocidente. Para Mircea Eliade desde o fim do antigo Império Romano o campo simbólico dos heróis ganha um novo método de ser transmitido, há uma transformação desde o final da antiguidade, sobretudo, na Alta Idade Média dos deuses ou heróis mitológicos em santos cristãos. Contudo a partir de Santo Agostinho o culto as imagens dos mártires praticadas pela igreja desde o século II passam por uma nova percepção.

Alguns bispos viam nessa veneração excessiva o perigo de uma recrudescência ao paganismo. Existe, de fato, uma continuidade entre as práticas funerárias dos pagãos e o culto cristão dos mortos; por exemplo, os banquetes celebrados ao pé do túmulo no dia do sepultamento e, todos os anos, no dia natalício. Entretanto, a ‘cristianização’ desse rito arcaico não tardou a se fazer sentir: para os cristãos, o banquete junto à sepultura era uma antecipação do festim escatológico no céu. O culto dos mártires prolongou essa tradição, com a diferença de que já não era uma cerimônia familiar, mas interessava a toda a comunidade e se processava na presença do bispo. (ELIADE, 2011, p.58)

A transformação é, não somente nos ritos fúnebres, segundo Le Goff (2016) o domínio do oficial sobre o popular se apresenta, principalmente, nos contos românticos e cavalheirescos, é a oposição do civilizado sobre o selvagem, do miraculoso¹² sobre os *magicuns*, do sagrado sobre o monstruoso. A exemplo, o cavaleiro nos contos Arturianos se configuram como o elemento domesticador do selvagem, do bom cristão, esse como um homem comum em suas aventuras entra

¹¹ A exemplo os diversos cultos, às relíquias, aos santos, tendem a substituir todos símbolos ritualísticos do popular por uma ligação com a superestrutura religiosa, os solstícios, os festivais de colheitas são substituídos por datas que comemoram a data de um feito, ou nascimento de um determinado santo.

¹² Presente no livro *O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval* o miraculoso refere-se no medievo, para Le Goff aos milagres, aos atos realizados por intervenção divina ou pelos santos, ou contato com os anjos.

em contato tanto com as criaturas do maravilhoso quanto do sobrenatural cristão. O romance analisado por Jacques Le Goff, *Yvain le Chevalier au lion* escrito por Chrétien de Troyes em 1180. Yvain o cavaleiro do leão é o elemento civilizador, o quadro metaempírico do popular aparece quando este se perder na floresta, preconiza neste conto romântico os seres do cotidiano, os seres e os lugares mágicos, o homem selvagem, o boieiro, o vassalo, o eremita o monge que vivia na floresta.

Somente a floresta que todos os indivíduos têm acesso, já representa o mundo das criaturas selvagens, há também a floresta enquanto um outro espaço acessível pelos heróis dos contos, este existente apenas no imaginário. A floresta onde Yvain se encontra, após perambular pela floresta real, “não remete nem para a cultura, representada pelo mundo da corte e dos campos, nem para a natureza selvagem; estamos numa estepe, uma espécie de para lá do mundo, (LE GOFF, 1985, p. 114-115). Os romances cortesões são para o estudo sobre o oficial e o popular a evidência do hibridismo entre ambos, para o autor é uma das principais fontes escritas sobre o imaginário medieval, porém, o popular sempre se mostra dominado pelo oficial, neste sentido, evidenciam os quadros metaempíricos em metamorfose, são os padres e clérigos dominando o monstruoso, ou o cavaleiro domesticando o ser selvagem, Yvain salva o leão, e o leão aqui posto como o rei do mundo selvagem reconhece a soberania do cavaleiro, a sua submissão representa a dominação do civilizado sobre o selvagem.

Portanto, operacionalizar o imaginário é ir ao fundo da consciência e do não consciente de uma dada sociedade, o seu ethos cultural e sua pluralidade. É procurar a construção do oficial em oposição ao popular, sobretudo, é trazer à tona como este é representado, vivenciado e apagado. Revela-se a luz deste método a impossibilidade de falar de uma cultura ou de uma religião pura, sem o contributo de outras para sua formação, encontra-se fundamentação para essa afirmação ao fazer o levantamento das representações sociais simbólicas, dos ritos e gestos. O popular comprova não só os resquícios de uma outra cultura dentro do domínio do oficial, como também resistência, interpretação e formulação de novas representações.

Apesar da argumentação com outros autores e disciplinas, Jacques Le Goff não cunhou um termo definitivo para o que de fato seria o imaginário, deve-se a sua dualidade por natureza, pois, se o pesquisador direciona seu olhar sobre o imaginário de uma sociedade encontra todos os seus vestígios e hábitos expressos de alguma forma. Sob o campo de atuação do conceito, estão os gestos, os ritos, as imagens e

representações, desse modo, ao falar de oposição entre o popular e do oficial falamos de dois quadros metaempíricos, o maravilhoso e o sobre natural, ambos em contato e assimilação.

Referências

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo. Perspectiva, 2007.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: Dos Annales À Nova História*. 1 ed. São Paulo: edusc, 2003.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias Religiosas III: De Maomé à Idade das Reformas*. Tradução Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p.89-92.

FRANCO JR, Hilário. *A Eva Barbada: Ensaio de mitologia medieval*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1.ed., 13º.reimpressão. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HANEGRAFF, Wouter J. Definindo a religião apesar da história. In: PLATVOET, Jan G. (Org.): MOLENDIJK, Arie L. (Org.). *A pragmática da definição de religião: contextos, conceitos e contestações*. Leiden: Brill, 1999, p. 337-378.

KRZYSZTOF, Pomian. A história das estruturas. In. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 130-153.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Tradução: Stephania Matousek. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Tradução: Manuel Ruas. Lisboa, Portugal: Rolo & Filhos - Artes Gráficas Lda, 1985.

LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução: António José Pinto Ribeiro. Portugal: Editora LTDA, 2020.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Tradução: Monica Stahel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do purgatório*. Tradução: Maris Ferreira. Petrópolis, RJ:Vozes, 2017.

MICELI, Sergio. A força do Sentido. In. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo. Perspectiva, 2007, p. VII-LXI.

PATLAGEAN, Evelyne. História do imaginário. In. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5^o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 393-420.

SILVA, Marcelo Cândido. *História Medieval*. São Paulo: Contexto, 2020

WEBER, Max. Sociologia da religião: tipos de relações Comunitárias Religiosas. In: *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; 4^o ed. Brasília: Editora, Universidade de Brasília, 2009, p. 281-320.

Capítulo 4
A LITERATURA E OBRAS LITERÁRIAS NA
APRENDIZAGEM HISTÓRICA: RELATOS E
ABORDAGENS DE SUAS CONTRIBUIÇÕES
Letícia Farias dos Santos

A LITERATURA E OBRAS LITERÁRIAS NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA: RELATOS E ABORDAGENS DE SUAS CONTRIBUIÇÕES

Letícia Farias dos Santos

Formação de Licenciatura em História (2016) e atual graduanda em Letras Espanhol, ambas pela UNICENTRO/I, e-mail para contato: lettyciafs12@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar meios de aprendizagem histórica através da concepção de ensino-aprendizagem e consciência histórica do historiador Jörn Rüsen a partir da Literatura. A pesquisa tem por objetivo ressaltar a importância da Literatura e de obras literárias enquanto metodologias diversificadas, articulando teoria e prática, no processo de aprendizagem, obtendo assim, uma concepção de aprendizagem histórica diversificada e inclusiva.

Palavras-chave: Aprendizagem Histórica; Literatura; Jörn Rüsen.

Introdução

A Literatura, tal como a Aprendizagem Histórica tem seu campo próprio de investigação. Ressalto que a intenção deste artigo não é sobrepor uma concepção sobre a outra, mas trazer a integração de ambas, auxiliando assim em uma compreensão mútua do que seria a literatura para a aprendizagem histórica, e o que seria a própria História para a literatura e seus fins, os quais retornam novamente para o Ensino de História.

Isso ocorre pelo fato de que a Aprendizagem Histórica se dá por meio da Consciência Histórica, da qual a Literatura tem propriedade significativa para se colocar presente, pois ela perpassa a vida dos sujeitos a todo tempo na história, o que também é de grande proveito para o Ensino de História, e possivelmente de uma futura aprendizagem de uma maior demanda (do campo literário para o campo histórico), do que já foi apreendido por uma demanda menor (o campo literário). Quando colocada a Literatura enquanto auxílio para a compreensão do processo de

aprendizagem histórica é necessária juntamente a compreensão de como se dá a concepção de Aprendizagem Histórica.

Segundo o historiador alemão Jörn Rüsen (2012), para se chegar à aprendizagem histórica, deve-se pautar em uma didática que valorize a consciência histórica, juntamente com a historiografia (a teoria da História), que se soma ao ensino de história, o que será melhor trabalhado mais adiante.

A concepção de Aprendizagem Histórica para Jörn Rüsen

A palavra “Aprendizagem” vem do latim, *Aprenthere*, e significa “levar para junto de si”, “agarrar, tomar posse de”. Rüsen (2012) menciona que a aprendizagem histórica é processo fundamental e básico para a vida humana como narrativa histórica, e que para se chegar à aprendizagem histórica se deve pautar em uma didática da história que se valorize a consciência histórica dos estudantes, juntamente com a historiografia (a teoria da História), que se soma, propriamente dito, ao ensino de história.

Jörn Rüsen é um pensador alemão contemporâneo, doutor em História e Filosofia pela Universidade de Colônia, U.K, Alemanha. Segundo seu currículo, na plataforma Lattes, seus trabalhos são voltados à teoria e metodologia da ciência da história, história da historiografia, historiografia comparativa intercultural, estrutura e desenvolvimento da consciência histórica, didática da história, teoria, empiria e desenvolvimento da cultura histórica, história dos direitos humanos, comunicação cultural e humanismo e comparação cultural.

Em seu livro “Aprendizagem Histórica- fundamentos e paradigmas” traz a importância da formação do profissional de História para que a ação de ensino seja executada, e somente a sim, a didática histórica possa ocorrer. A partir dessa concepção do historiador, se percebe um espaço onde o professor passa a ser transmissor e mediador do conhecimento historiográfico aos estudantes. É na didática que se leva em consideração a subjetividade dos alunos, processos de recepção da História e reflexões destes, tendo juntamente como principal objetivo a formação da consciência histórica e seu papel na vida prática dos indivíduos. Segundo ele, a consciência histórica pode ser vista de maneiras distintas, não como um objeto definível, porém percebe-se a perspectiva de “uma síntese das atividades da consciência humana na qual a história é interpretada de modo a compreender o

presente e perspectivar o futuro.” (RÜSEN, 2012, p.70), direcionada ao ensino e a aprendizagem. Logo, a “consciência histórica significa [...] a aprendizagem histórica no nível fundamental e básico do trabalho de memória necessário para a vida prática.” (RÜSEN, 2012, p.71). A didática da história (a forma de ensino) que trabalha com a consciência e a historiografia é, de certa forma, a ciência da aprendizagem histórica.

qualquer processo de narrativa histórica, qualquer senso de educação sobre a experiência do tempo é um processo de aprendizagem, não apenas quando ela ativa competências de formação de significados, mas também quando os amplia ou modifica (desenvolve) qualitativamente. (RÜSEN, 2012, p.76)

A aprendizagem pode ser interpretada, a partir de então, como um processo de operações cognitivas e mentais, trazendo também a importância da trivialidade didática do ensino, historiografia e consciência histórica para com a aprendizagem, como algo que não pode ser separado em sua totalidade (caso isso ocorra, a aprendizagem se dará falha). Por esse viés, a aprendizagem não se dá apenas na sala de aula, mas fora dela, e isso deve ser valorizado pela didática de ensino, não ignorada – os jovens precisam ser ouvidos e não apenas participem desse processo educacional como ouvintes passivos. A narrativa histórica, por sua vez, é “o processo mental comunicativamente realizado no qual o contexto é criado, de forma que a experiência do passado torna-se a interpretação do presente e a expectativa do futuro.” (RÜSEN, 2012, p.75), o que se torna mais claro e objetivo a partir de similaridades subjetivas da Literatura para com o sujeito histórico.

O adentrar da Literatura no campo da Aprendizagem Histórica

Para o pensador alemão Jörn Rüsen, a aprendizagem histórica se dá por quatro diferentes formas típicas a partir da tipologia narrativa da História: pela formação tradicional sobre a experiência temporal, pela formação de sentido exemplar sobre a experiência temporal, pela formação de sentido crítico sobre a experiência temporal e pelo sentido genético sobre a experiência temporal. Sendo a primeira satisfeita na orientação através da tradição, como algo aquisitivo; a segunda obtida com a experiência temporal submetida a regras num coletivo, porém aplicadas em casos individuais, ou seja, o conhecimento pela experiência; a terceira, parte de um pressuposto crítico em relação às diversas interpretações históricas, indagando a vida

prática através da experiência histórica; a quarta se dá por competência – mérito do fato histórico- memórias históricas processadas que auxiliam a auto compreensão. Partindo desse pressuposto, a Literatura tem suma importância no processo de Aprendizagem Histórica; não só enquanto ferramenta metodológica, mas juntamente como formação de um sujeito leitor crítico de seus direitos humanos e da própria democracia, e é de suma importância apresentá-la em sua subjetividade.

Segundo Barthes (BARTHES, 1982), a Literatura é o meio, em termos gramaticais, que “burla” a concepção de língua enquanto padrão, é o trapace da estrutura fixa da língua em prol de dizer o que não é permitido, o oculto, o sombrio, etc. A Literatura transpõe o senso democrático e “antifacista”, como por exemplo, a questão de gênero (feminino/masculino). Ao mesmo tempo em que não se prende totalmente à língua, ela se apropria (por esse fator) de outros saberes: históricos, geográficos, filosóficos, etc. sem a preocupação do “real”: “[...] a literatura não diz que sabe sobre alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa.” (BARTHES, 1982, p.65). A literatura não tem o compromisso de trazer os elementos contidos em determinado texto através das percepções de análises sobre os fatos históricos, mas acaba alencando peças fundamentais, principalmente no que se diz respeito aos romances históricos.

A Literatura também pode ser trabalhada no processo cognitivo da Aprendizagem Histórica enquanto direitos humanos, logo que, ela se apresenta a necessidade universal que almeja ser suprida através dos sentimentos, e a partir disso, a visão do sujeito (indivíduo interno) para com o mundo (o externo). Segundo Antonio Candido, essa necessidade nos humaniza enquanto cidadãos, e, portanto, também fiscaliza a situação de restrição dos direitos, ou de negação deles: miséria, servidão, etc (ver CANDIDO, 2011).

É importante ressaltar que a Literatura está em constante movimento: a todo tempo se faz literatura. O pensamento e posicionamento do historiador crítico não deve se basear apenas nos clássicos literários, mas na produção de conhecimento em que ela demanda a todo tempo e está disponível e de fácil acesso. Ressalto poder ocorrer a aprendizagem histórica tanto escrevendo literatura (momento em que se dá a verificação da concepção de consciência histórica, de Rüsen) e no momento em que se analisa obras literárias (aqui, necessário se fazer juntamente presente o Ensino de História e a Didática da História).

Abordagens e relatos de experiência a partir da Literatura e de Obras Literárias

Pretendo aqui mencionar, de forma sintática, dois trabalhos que podem vir a ser analisados a partir das temáticas teóricas abordadas. O primeiro se dá referente a um artigo de iniciação científica em execução, no qual pretendo desenvolver o papel da música na literatura, mais especificamente, das letras de Chico Buarque de Holanda. Dentre as músicas selecionadas: “Acorda Amor” (1974), “Geni e o Zepelim” (1978) e “O que será” (1976). Durante o processo, o contexto sócio histórico e cultural da ditadura dos anos 60 e 70 está (e estará) fortemente vinculado à análise semântica na perspectiva de Roland Barthes (1915-1980). O vínculo com a História se dá através de análise do contexto ditatorial, mas também abordagens históricas do período em que o MPB e constitui presente: Segundo Reinado - quando a Modinha, com elementos de ópera, da Moda portuguesa e o Lundu, que traz elementos da Cultura Afro-brasileira e como o processo deste processo e dessa fusão viria a se tornar no Samba (meados de 1920); e mais além, Vanguarda e Tropicalismo da Bossa Nova, onde surge (1960) Chico Buarque de Holanda. Ou seja, muitos elementos socio históricos poderfiam ser analisados ao entorno do termo “música e literatura” ao se fazer e falar de literatura, pois até mesmo nas letras (tal como contos, romances, etc. apresentam muitos elementos do externo no seu interno- como a chegada do piano no Brasil e a transformação na melodia- mesmo que sem a preocupação com a “verdade”, o “real” do fato ocorrido; mas que para a análise, o Ensino de História se faz presente para essa Aprendizagem Histórica fluir, e a conexão desses elementos pela Didática.

O segundo é algo que que pretendo trabalhar futuramente: A Revolta da Chibata a partir da obra literária de Fernando Granato: “O Almirante Negro”. Na obra há a descrição do personagem João Cândido Felisberto- como protagonista principal do romance- enquanto alguém que sai do Rio Grande do Sul, entra para a marinha e o desenrolar da história até os confins da Revolta da Armada e da Chibata, no Rio de Janeiro, posteriormente. O livro retrata aspectos próprios de cada espaço, como a forma como era a relação dos marinheiros com seus comandantes, a vida desses marinheiros, entre outros fatores, na perspectiva de um narrador. A subjetividade da literatura entra em “concenso” com a consciência histórica do sujeito histórico por diversos ângulos, o que O autor, para criar sua narrativa também se “utilizará” da história para mesclar seus objetivos com ela, isso faz com que a Aprendizagem se dê

de forma significativa para ambos os lados: tanto para a História quanto para a Literatura.

Determinadas escolhas de tema, assunto e contexto da história, no caso de uma narrativa romanesca, implicarão determinados conhecimentos. No caso de um romance histórico, o autor terá que pesquisar o contexto histórico no qual se encaixam as ações e acontecimentos que pretende narrar. Essas escolhas implicarão, por sua vez, uma determinada opção estratégica ampla que diga respeito à criação de um esboço geral da história, à criação de cenas ou “motes” para o relacionamento de alguns personagens e até a uma estruturação estratégica bem pensada com vistas à organização de um cronograma de escritura dos capítulos ou partes da história. Não existe um manual de estratégia narrativa, pois o campo da criação literária ou artística em geral é constituído de infinitas possibilidades e arranjos dentro da infinidade de criações possíveis de serem imaginadas. (CONFORIN, 2009, pp. 99).

A literatura consegue trazer uma chave importante para a compreensão da História: a sentimentalidade e visão de organizar os seres dentro do seu micro espaço enquanto indivíduo, mas totalmente em inserção no meio social- talvez aí, a motivação por busca de conhecimento a respeito dos fatos históricos e melhor compreensão do tempo e do sujeito histórico, logo, da própria História.

Conclusão

Literatura não é acúmulo de conhecimento, não serve para a história apenas como utilidade e como ferramenta submissa, mas conjunta. Essa cooperação em prol da Aprendizagem se dá através de experiências de luta ou negação por fatores internos e externos ao indivíduo histórico. É importante lembrar que a aprendizagem se dá pela experiência, orientação e interpretação dinâmica da História, pois a aprendizagem, para Rüsen, está em constante processo e sujeito à mudanças e correções (e a Literatura também).

Referências

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1997.

BARON, Wilian Carlos Cipriani; CERRI, Luis Fernando. **O Ensino de História a partir da teoria de Jörn Rüsen**. Maringá, 2011

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CONFORIN, Rogério; REALES, Liliana. Estratégia Narrativa e Composição. In: _____ 1º Período- **Introdução aos Estudos da Narrativa**. Florianópolis: DECTI UFSC, 2009, pp.93-103.

CNPQ. **Jörn Rüsen**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3114512035546178>. Acesso em 26/10/2022 às 18:42.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Ed. Papyrus, p. 111-151.

OLIVO JR, Valdir. **Considerações sobre literatura e ensino**. UNICENTRO SEHLA-I, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fO-j2KZ3g6Q>.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A Editores, 2012.

ZAMBONI, Ernesta; FONSECA, Selva Guimarães. Contribuições da literatura infantil para a aprendizagem de noções do tempo histórico. In: **Leituras e Indagações**. Cad. Cedes, Campinas: Cad Cedes, 2010, p. 339-353.

Capítulo 5
“CHOQUE” DE REPRESENTATIVIDADE: O
DESENHO SUPER CHOQUE COMO MEIO DE
ENSINO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS
CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL
Cynthia Thayse Vieira Vicente

“CHOQUE” DE REPRESENTATIVIDADE: O DESENHO SUPER CHOQUE COMO MEIO DE ENSINO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL

Cynthia Thayse Vieira Vicente

Graduada do curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Nordeste sede de Formosa - GO

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito abordar o tema da construção da identidade das crianças negras. Neste contexto, a pesquisa busca refletir sobre a representatividade do desenho Super Choque e sua contribuição na construção da identidade das crianças negras no Brasil, além de apresentar a valorização e a construção da cultura afro-brasileira no desenho como meio didático podendo ser utilizado a favor do ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Representatividade; Identidade; Ensino; Super Choque.

ABSTRACT

This research aims to address the the topic of identity construction in black children. The article critically reflects on the representation of the cartoon character Static Shock and its role in shaping the identity of black children in Brazil. Additionally, it explores the portrayal and appreciation of Afro-Brazilian culture in the cartoon as a didactic tool that can be utilized to enhance the teaching and learning process.

Keywords: Representation; Identity; Education; Static Shock.

INTRODUÇÃO

Todos nós já tivemos um super-herói favorito que nos inspirava quando éramos crianças. Esse super-herói poderia ter origem na história ou mitologia, poderia ser um personagem de um livro, de uma história em quadrinhos, de um filme ou de um desenho animado. Porém, os super-heróis negros na mídia é uma discussão recente, em evolução lenta e constante desde o século XIX. Por conseguinte, a História do Brasil foi marcada pela colonização baseada no regime escravocrata, que se fez presente por mais de 300 anos. Essa conjuntura deixou uma herança para a sociedade brasileira: o racismo. O racismo trouxe para a população negra uma invisibilidade e a colocou à margem da sociedade, contribuindo para o

desenvolvimento de um sentimento de inferioridade e de negação da sua cor. O que influencia diretamente na formação da sua identidade.

Os personagens negros durante décadas tinham uma posição caracara e subalterna, isso quando existiam. Em sequência, foram representados de forma a reafirmar uma posição social, baseada no preconceito racial normatizado socialmente. Os primeiros heróis, surgem quando mudanças sociais, econômicas e políticas levam a uma mudança nos padrões de memória coletiva, incluindo mudanças legais, como o reconhecimento dos Direitos Civis da população negra nos Estados Unidos da América ou a promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil, que universaliza direitos para a população brasileira.

Nesse sentido, é notória a relevância que as narrativas sobre super-heróis ocupam na construção da identidade. Deste modo, o artigo propõe algumas questões que emergem quando se pensa no papel das práticas escolares no processo de formação da identidade da criança negra. É possível ressignificar uma pedagogia que contribuirá na construção da identidade da criança negra na educação? Como proposta o artigo traz o uso do desenho animado Super Choque, seu lançamento ocorreu nos anos 2000 da *Warner Bros*, tendo como produtores *Alan Burnett* e *Sander Schwartz*. A série estreou em um canal de TV dos EUA no dia 23 de setembro de 2000.

O artigo será dividido em três tópicos: O primeiro trata de um breve histórico da construção da identidade das crianças e como o uso de personagens negros contribui para essa formação. Assumindo a existência das diversidades principalmente étnico-raciais. O segundo traz uma compreensão de práticas pedagógicas e o uso do desenho Super Choque como metodologia de ensino podendo ser utilizado a favor do ensino-aprendizagem, como forma a implementação da Lei Federal n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. O terceiro aborda a repercussão e a representatividade da obra, pautadas em valores, saberes e desconstruções raciais, que podem servir de modelo e inspiração para a construção de novas pedagogias emancipatórias.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A identidade de acordo com Silva (2000) diz que em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir identidade, pois a identidade é simplesmente

aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem".

A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autosuficiente. Identidade e diferença: aquilo que é e aquilo que não é. (SILVA, 2000, p. 2)

A psicóloga e ativista Cida Bento descreve que a identidade é construída por meio do corpo e na convivência com o outro, dando ênfase de como nosso eu é constituído de outros eus. Assim, esses outros, nos primeiros anos de vida, com frequência são a mãe, o pai, a professora ou outros adultos que cuidam diretamente da criança. "Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído [...], e construindo sua autoimagem, seu autoconceito", (BENTO, 2012, p. 112). Ou seja, a percepção do outro, no que diz respeito à identidade racial, é extremamente significativa no que se trata do educar e do cuidado com a criança.

Desta forma, a construção da identidade da criança é algo que vai passar inevitavelmente pelos referenciais que forem a ela apresentados. Segundo Mariosa e Reis (2011, p. 2): "As crianças começam a se desenvolver e a estabelecer suas próprias identidades a partir das situações e momentos que vivenciam". Porém, são apresentados personagens, heróis, princesas, mocinhas de origem europeia, e quando ocorre a apresentação de personagens negros é forma estereotipada e inferiorizada. São apresentados com características de: preguiça, violência, estupidez, malandragem ou feiura. Como Hall (2005, p. 5) destaca "a identidade é formada ao longo do tempo e da vivência do indivíduo, estando sempre sujeita às influências do meio na sua constituição".

Portanto, é responsabilidade da escola estar atenta para a escolha do acervo de sua biblioteca, devendo optar por meios que contribuam para a formação de uma identidade positiva do negro e simultaneamente, proporcionar aos alunos não negros o contato com a diversidade e as especificidades das diversas culturas, deixando assim, para trás uma visão estereotipada e preconceituosa, aprendendo a valorizar também as contribuições da cultura africana a cultura brasileira. Munanga (2005, p. 16) ressalta:

[...] não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional [...].

Desde modo, Horta (2010, p. 9), aponta que "a falta de representação da criança negra fará com que a diversidade não seja contemplada e o processo de branqueamento acabará por deturpar as identidades em formação dos pequenos". O uso das histórias com personagens negros, permite que a criança perceba a diversidade que existe dentro de um espaço, e que temas voltados para o étnico-racial não servem apenas para construção da identidade, mas também para a criança refletir sobre as discriminações raciais e fomentar suas ideias com relação ao respeito sobre a realidade do outro.

SUPER CHOQUE NA ÁFRICA COMO METODOLOGIA DE ENSINO

O Brasil é um país com grande diversidade étnica, sua população é composta essencialmente por três principais grupos étnicos: o indígena, o branco e o negro, sendo a matriz africana uma das formadoras da população do país, como Munanga (2015, p. 25) aponta: "Sendo a África o berço da humildade, é a partir dela que a história da humanidade começa e nela se desenvolveram as grandes civilização [...]". Assim sendo, poderíamos pensar que o Currículo da Educação Básica Brasileira, seriam uma miscelânea de diversidade cultural. Porém, não é isso que ocorre, pois o currículo é eurocentrado, marginalizando as temáticas africanas.

Contudo, Super Choque mesmo sendo uma produção norte-americana, no Brasil foi transmitido na programação matutina da rede televisiva brasileira SBT. Através da ficção é possível assimilar o cotidiano dos alunos com o aprendizado, porém sendo uma mídia audiovisual, mas se tratando de um desenho animado, a metodologia tende a ter um tratamento minucioso, pois ele não fala por si. Há a necessidade de que o desenho seja tratado como uma fonte e que seja visto para mais do que um entretenimento. Assim sendo, a proeminência tornou-se evidente com o sucesso conquistado pela animação. Manteve seu projeto de educação e

valorização da História e da Cultura permitindo conectivos com a África, comumente representada de modo negativo, como destaca Alex Ratts (2006, p. 117): "A visão que o mundo ocidental procurou transmitir da África foi a de um continente isolado e bizarro, cuja História foi despertada com a chegada dos europeus".

É notório perceber o quanto se faz necessário ensinar, estudar e aprender sobre a pluralidade cultural que temos. No episódio "Super Choque na África", que faz parte da terceira temporada, Virgil¹³ viaja junto do seu pai e da sua irmã para a África (Gana), mostrando que o continente e a cidade em que eles estão são "como qualquer outra", possibilitando desmistificar a pobreza e retrocesso do continente e mostrando também um pouco das suas vestes, riquezas e cultura. Chimamanda Ngozi, discute sobre o problema da história única, ressaltando que: "A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história".

O antropólogo e professor Munanga (2015, p. 31) destaca: "A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada o foi do ponto de vista do outro e de seus interesses". Portanto, é claro que a África é um continente que existe fome e pobreza. Mas existem outras histórias que não são só sobre fome e pobreza e é igualmente importante falar sobre ela. Nosso conhecimento é formado pelas histórias que escutamos e quanto maior o número de narrativas diversas, mais completa será nossa compreensão sobre determinado assunto. No que tange a essa questão, o desenho nos apresenta a sequência de uma cena em que o herói liga para seu melhor amigo nos EUA e diz:

¹³ Nome da identidade do Super Choque.

Figura 1: Super Choque ligando para o amigo branco que está nos EUA, relatando questões sobre sua identidade negra.



Fonte: Captura de tela anônima.

Disponível em: <https://pbs.twimg.com/media/EnRnpILW8AECQvk.jpg>

Desta maneira, a professora Fernanda Pereira da Silva aponta:

Conhecer e utilizar as histórias dos super-heróis negros pode contribuir como uma importante estratégia para a representatividade da população negra e para combate ao racismo. Para isso, a inserção do letramento racial crítico na formação de professores pode ser uma possibilidade para aplicabilidade da Lei no 10.639/2003 e respeito às diversidades das relações étnico-raciais. (SILVA, 2019, p. 4).

Portanto, trabalhar com o desenho Super Choque nas salas de aula é um meio didático para o ensino-aprendizagem, indo além do aprendizado formal e apontando problemáticas que devem ser mediadas e trabalhadas pelos professores da educação, colocando em prática os preceitos trazidos pela Lei nº 10.639/2003, embasando a pluralidade cultural e política, além da formação da identidade.

REPERCUSSÃO E A REPRESENTATIVIDADE DA OBRA

Para refletir deixo uma pergunta ao/a leitor/a, quantos super-heróis ou super-heroínas negros/as você conhece? É importante diferenciar representação de

representatividade. Representação é estar, constar, aparecer, enquanto representatividade, segundo o dicionário, é uma amostra constituída de modo a corresponder à população no seio da qual ela é escolhida. Ou seja, não é só mostrar, é também contextualizar, fazer com que se entenda o meio que aquele personagem está representando e como isso influencia suas ações e reações.

Super Choque, além de ser um super-herói negro, ele mostra uma família negra comum, sem estereótipos racistas. Virgil é fruto da diáspora africana, como consequência, ainda que nascido em solo norte americano, é tratado como estrangeiro em razão da cor de sua pele. Evocando um sentimento ancestral: a necessidade de pertencer a um grupo, a uma tribo. Estamos nessa busca quando escolhemos nossos amigos, nossa faculdade, os lugares que passeamos, sempre na esperança de nos encaixarmos.

O criador do personagem, *Dwayne McDuffie* relata¹⁴ que gostaria, que sua criação não tivesse apenas a cor como símbolo de representatividade, mas também sua interação com o ambiente que o cerca. É importante destacar que desde o princípio Super Choque foi um projeto que visava dar representatividade aos jovens negros, e isso fica ainda mais notório pelo nome do protagonista, que teve sua inspiração em Virgil D. Hawkins, educador e advogado afroamericano que teve sua admissão no curso de Direito da Universidade da Florida negada, com base em sua cor de pele. Além disso, a obra abordou questões sobre racismo, bullying, armas, da violência entre civis e também da violência policial contra a população negra, algo muito presente no contexto brasileiro. Diante disso, Super Choque foi um grande marco na questão de representatividade negra em animações. Essa obra acabou mais conhecida em território brasileiro do que em solo estadunidense.

Portanto, representatividade é uma ferramenta educadora para combater anos de uma cultura racista amplamente difundida e enraizada. "Viver sem um reflexo por tanto tempo faz você se perguntar se você realmente existe," declama a cantora Beyoncé em um trecho de seu manifesto visual de negritude (*Black is King*). Entretanto, a verdadeira mudança só chegará quando todos adotarmos uma nova postura. Não dá para se importar com as vidas negras apenas na morte ou em datas especiais, como acontece nas escolas apresentando somente no dia da consciência

¹⁴ Entrevista disponível em:

<https://danimated.com/WF/staticshock/backstage/interviews/mcduffiewf.php>

negra. Não existe um único rosto para um herói. Não existe uma única origem. Não existe uma única voz.

As vidas negras importam. Representatividade racial importa. E tudo está interligado. É vendo e sendo vistos que nos reconhecemos no mundo, seja na ficção, seja na realidade. Crianças e jovens pretos precisam de super-heróis e super-heroínas para chamar de seus e suas. Infelizmente ainda a uma carência grande no feminino, quando o assunto são as mulheres negras, podemos reconhecer um destaque limitado para estas personagens, como vimos com a guerreira Núbia, que teve suas histórias suspensas para que apenas Diana, a eterna Mulher-Maravilha, ficasse como destaque nas páginas da empresa *DC Comics*. No masculino, só faz crescer o universo dos super-heróis, com características naturais e não construídas da população negra. Por isso, é necessário que os educadores fiquem atentos levando as crianças o acesso a materiais que problematize o racismo, enfatize possibilidades de ser o que desejar e que mostre as inúmeras formas de estar no mundo, tornando assim um caminho na luta antirracista e assim será possível "dar choque nesse sistema".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários super-heróis negros conquistaram as telas de cinemas como:

Pantera Negra; Tempestade; Homem-Aranha (Miles Morales); Falcão e etc. Reconhecer as narrativas que envolveram a construção e a inserção dos superheróis negros pode servir como um canal para fortalecer a representação e a representatividade da população negra. Por isso, há uma necessidade urgente de formarmos nossos professores para que estes recebam orientações sobre como trabalhar as temáticas que envolvem as relações étnico-raciais. Ressalto, que o racismo sobrevive e mantém-se ativo, muitas vezes, por falta de conhecimento sobre as práticas que normatizam sua existência.

Por meio da mídia audiovisual e ficcional, o desenho animado Super Choque, propõe possibilidades de ensinar a História da África e o Ensino de História por meio desse viés, buscando e mostrando maneiras de educar de uma forma dinâmica, além do respeito à identidade de cada criança. Afinal, Super Choque, em sua narrativa ficcional, dialoga com essas demandas múltiplas e produz não apenas uma

equiparação representativa, mas uma consciente abordagem temática sobre raça, identidade e pertencimento.

Portanto, considera-se que é possível uma ressignificação pedagógica, no que se refere à construção da identidade da criança negra na educação, no entanto, é imprescindível que a escola busque outras metodologias e formas de educar. Nesse sentido, obras como *Super Choque*, ao dar protagonismo no seu enredo para o cotidiano de um jovem negro, deslocam estruturas de poder antes naturalizadas, garantindo representatividade para grupos que historicamente foram invisibilizados. O racismo tem efeitos e começa na primeira infância, a Lei 10.639/2003 é um grande avanço para os processos de construções positivas da identidade da criança negra, no entanto, ela precisa ser aplicada trazendo outros olhares para o fazer educacional.

REFERÊNCIAS

ADICHIE N. Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras. 12 de ago. 2019.

Back is King (filme musical), Beyoncé. Disney. 31 de jul. 2020.

BENTO, Maria Aparecida. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo, 2012.

Constituição Federal de 1988 no Brasil: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -- São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT : Instituto Avisa lá- Formação Continuada de Educadores, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HORTA, Marina Luiza. **Colorindo a história: a literatura infantil afro-brasileira de Heloisa Pires de Lima**. Portal Literafro – Revista da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte 2010.

Lei de Direitos Civis de 1964 nos Estados Unidos: ESTADOS UNIDOS. Civil Rights Act of 1964. Public Law 88-352. 2 Jul 1964. Disponível em:

<https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-78/pdf/STATUTE-78-Pg241.pdf>.

Acesso em: 21 abr. 2023.

REIS, Ana Paula. **Modos de representação e representatividade negra desde experiência cênicas contemporâneas**. Porto Alegre. UFRGS, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARIOSIA, G; REIS, M. **A influência de literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças**. Revista Estação Literária, Londrina, v. 8 parte a, dez. 2011.

MUNANGA, Kabenguele. (org). **Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2005.

MUNANGA, Kabenguele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. N. 62 - dez. 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. In. RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza: Imprensa Oficial, 2006.

SILVA, Fernanda Pereira Da. Dissertação: **super-heróis negros: referências para a educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana**. Anais V CEDUCE... Campina Grande: Realize Editora, 2018.

Capítulo 6
***PACHAMAMA: TEMPORALIDADE, IMAGINÁRIOS
POLÍTICOS E MEMÓRIAS CULTURAIS***
Luiz Felipe Moura dos Santos

PACHAMAMA: TEMPORALIDADE, IMAGINÁRIOS POLÍTICOS E MEMÓRIAS CULTURAIS

Luiz Felipe Moura dos Santos

Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás - Campus Formosa (UEG), formiga4mil@gmail.com

RESUMO

O historiador traz consigo a perspectiva de um juiz ou legista, onde consegue se atentar aos fatos, já finalizados, e proferir uma sentença, com intermédio das fontes, conferindo um peso da palavra abalizada (BITTENCOURT, 2008). Diante da citação mencionada, a presente pesquisa tem por objetivo o conhecimento da divindade, Pachamama, que teve seu surgimento com os povos Incas, buscando trazer uma reflexão mais detalhada e aprofundada sobre a figura do que é o mito pela estudiosa das religiões Karen Armstrong, associada a deidade da mãe terra. Ademais, o texto ainda visa sinalizar os antecedentes e os efeitos da entrada da divindade da mãe terra na constituição equatoriana de 2008, debatendo, assim, a plurinacionalidade e o Sumak Kawsay. Posto isso, o debate sobre a intolerância religiosa por parte do catolicismo cometida contra a divindade no Sínodo de 2019, que teve como tema "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e por uma ecologia integral", se faz necessário e de grande importância na análise das declarações de defesa do Papa Francisco em relação à mãe terra e os posicionamentos negativos feitos pelo Dom Frei José Luiz Azcona Hermoso, Bispo Prelado Emérito da Prelazia do Marajó, Pará. **Palavras-chave:** Pachamama. Constituição equatoriana de 2008. Plurinacionalidade. Sumak Kawsay. Papa Francisco.

ABSTRACT

The historian brings with him the perspective of a judge or coroner, where he can pay attention to the facts, already finalized, and pronounce a sentence, with the intermediary of the sources, giving weight to the authoritative word (BITTENCOURT, 2008). In view of the aforementioned citation, the present research aims at the knowledge of the deity, Pachamama, which had its emergence with the Inca peoples, seeking to bring a more detailed and in-depth reflection on the figure of what is the myth by the scholar of religions Karen Armstrong, associated with the deity of mother earth. Furthermore, the text also aims to signal the antecedents and effects of the entry of the deity of mother earth in the Ecuadorian constitution of 2008, thus debating plurinationality and Sumak Kawsay. That said, the debate on religious intolerance by Catholicism committed against divinity in the 2019 Synod, which had the theme "Amazonia: new paths for the Church and for an integral ecology", is necessary and of great importance in the analysis of Pope Francis' defense statements in relation to Mother Earth and the negative positions made by Monsignor Friar José Luiz Azcona Hermoso, Prelate Bishop Emeritus of the Prelature of Marajó, Pará. **Keywords:** Pachamama. Ecuadorian Constitution of 2008. Plurinationality. Sumak Kawsay. Pope Francis.

Introdução

O artigo aborda a figura da divindade Pachamama, cultuada pelos povos Incas. É a partir da leitura do livro “O Equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento” do jornalista Tadeu Breda, que urge o pensamento e a necessidade de apresentar a mãe terra em três temporadas diferentes, sendo elas: a construção do mito baseado no texto “Breve história do Mito” da estudiosa das religiões Karen Armstrong; a referência do próprio livro do Tadeu Breda, pensando a divindade como sujeito de direitos durante a tempestuosa subida ao poder do presidencialismo por parte do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017) no Equador e as dificuldades de implementação e seguida de planos para a sobrevivência da amazônia, como também, a ascensão e queda das organizações indígenas Conaie e Pachakutik na luta pela Plurinacionalidade e o Sumak Kawsay; e por fim, na intolerância religiosa sofrida por Pachamama no Sínodo de 2019, por parte de fiéis católicos e a defesa do Papa Francisco em relação à mãe terra analisados através de vídeos e documentos jornalísticos.

O CONSTRUCTO DO MITO E PACHAMAMA

O mito tem grande importância na aquisição e implantação de corrigir o pensamento que aparecem, em primeira análise, como problemáticos por partes dos seres humanos. Em Breve história do mito de Karen Armstrong, a teóloga ressalta o poder da imaginação na construção de uma identidade própria do indivíduo: “a imaginação é a faculdade que produz a religião e a mitologia.” (2005, p.8). Logo, é a partir da imaginação humana que o coletivo consegue criar correntes para responder às perguntas problemas, como o fato da morte, que abrangem a humanidade em várias concepções.

Além disso, o mito opera de forma lógica na cultura do indivíduo e “os seres humanos sempre foram criadores de mitos” (ARMSTRONG, 2005, p. 7). Pachamama é uma concepção de um mito dos Incas, que acabou “criando algum tipo de contranarrativa que lhes permitia enfrentar a situação” (ARMSTRONG, 2005, p.7). Com o decorrer do tempo, Pachamama se tornou sujeito de direitos na constituição equatoriana de 2008.

Pacha significa terra, mundo, cosmo ou tempo e Mama significa mãe, ou seja, Mãe Terra. No texto “Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano” das advogadas Zelma Tomaz Tolentino e Liziane Paixão Silva Oliveira, as autoras explicam:

No decorrer do tempo, com o instrumento de outras raças e novas estruturas de linguagem, Pachamama passou a significar ‘terra’, merecedora do culto. Antes do contato com os espanhóis, os aborígenes chamava a sua divindade de PachaAchaci, depois substituíram Acham por Mama, designado mãe, talvez pela influência do catolicismo e a noção de ternura de Nossa Senhora que foi trazida pelos espanhóis (TOLENTINO e OLIVEIRA, 2015, p.316).

Adicionalmente, como explica o publicitário e estudioso de religiões comparadas, J. Antônio Lizar (2019), existe um marco temporal no antes e depois das chegadas dos espanhóis, nos sacrifícios feitos pelos povos andinos e na reconfiguração do culto e imagem de Pachamama. Antes dos europeus chegarem, fazia parte do ritual à Pachamama, o sacrifício humano, crianças entre 5 e 8 anos. Essas crianças eram sedadas com coca ou chichi, depois mergulhadas em águas abaixo de 20 graus, nada sentia devido aos efeitos das drogas e esses sacrifícios serviam para apaziguar a ira de Pachamama. Depois das chegadas dos espanhóis, existe a crença de que os sacrifícios e a imagem sofreram reconfigurações. A imolação passou a ter produtos da terra, sendo eles: o vinho, o tabaco e as folhas de coca como principais produtos da oferenda e, além disso, algumas vezes sendo enterrados porquinhos da Índia, lhama e fetos de lhama que passaram a fazer parte da ritualística. Como explica o professor de História econômica, Alejandro Álvarez:

Os rituais, que incluíam o sacrifício de pessoas, especialmente crianças - geralmente entre 7 e 8 anos - eram realizados para bajular ou acalmar a ira de Pachamama. (...) A morte veio docemente para o sacrificado; Não sentiram nada porque estavam drogados com coca ou chicha. Uma vez adormecidos, eles foram expostos a temperaturas de 20 graus abaixo de zero e morreram congelados (INFOBAE, 2019, tradução nossa).

Seguindo com as ideias de Armstrong (2005), o mito vem para moldar o comportamento humano e criar um paralelo com o outro lado. O mito segue sendo verdadeiro por ser eficaz e conseguir mudar o comportamento humano “e não por fornecer dados factuais” (2005, p.14).

Todos queremos saber de onde viemos, mas, como os primórdios se perderam nas brumas da pré-história, criamos mitos sobre nossos antepassados, que não são históricos, porém ajudam a explicar atitudes atuais em relação a nosso ambiente, nossos semelhantes e nossos costumes (KAREN ARMSTRONG, 2005, p.11).

Como foi mencionado por Tolentino e Paixão (2015), Pachamama ganhou uma nova configuração na aparência, passou de uma mulher velha, sábia e baixinha, com grandes pés, para uma imagem de uma mulher grávida, que carrega dentro de si a fecundidade da terra. A mãe terra acabou gerando lugar de direitos na constituição equatoriana de 2008 e alastrou à comunidade católica no Sínodo de 2019, no Vaticano, em Roma, como veremos adiante.

O EQUADOR É VERDE¹⁵: ANTECEDENTES, PACHAMAMA, PLURINACIONALIDADE E SUMAK KAWSAY NA CONSTITUIÇÃO EQUATORIANA DE 2008

A nova constituição equatoriana, promulgada no dia 28 de setembro de 2008, enxerga a natureza como sujeito de direitos. Estão descritos nos artigos 71 e 72 que:

Art. 71. A Natureza ou Pacha Mama, onde a vida se reproduz e se realiza, tem direito ao pleno respeito à sua existência e à manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.

Art. 72. A natureza tem direito à restauração. Essa restauração será independente da obrigação do Estado e das pessoas físicas ou jurídicas de indenizar indivíduos e grupos que dependem dos sistemas naturais afetados. (EQUADOR, 2008, tradução nossa).

A figura da Pachamama passou a ser um meio de preservação da natureza, deixou de lado o mito e conseguiu ser reconhecida como sujeito de direitos e deveres dentro e fora do Equador. O simbolismo que a divindade representa, venceu o decorrer do tempo e se tornou frente ao combate da devastação cometida pelo neoliberalismo capitalista. O Equador passou por um longo processo de exploração, onde o Estado capitalista aliado com o neoliberalismo conseguem ver dinheiro em tudo e todos, em especial, na Amazônia equatoriana.

Avançando no assunto, temos que diferenciar pessoa e sujeito de direito. No sentido jurídico, pessoa é todo ente ao qual se atribui personalidade. Sendo assim,

¹⁵ Título do livro do jornalista Tadeu Breda “O equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento”.

todo ser humano nascido vivo é uma pessoa. A definição de pessoa é sinônimo de sujeito de direito. Por conseguinte, sujeito de direito será toda pessoa natural ou jurídica capaz de manifestar-se juridicamente. Logo, ser sujeito de direito é gênero e pessoa é espécie, então nem todo sujeito de direito é pessoa, e tampouco, toda pessoa é sujeito de direito: “o sujeito de direito é todo e qualquer ente apto a ser titular de direitos e adquirir deveres; não apenas o ser humano, mas também os determinados da lei” (TOMAZ e PAIXÃO, 2015, p.320).

É após a Revolução Francesa, durante o Estado liberal, que a natureza e “seus componentes são listados na categoria de coisa ou bem, as quais poderiam ser consideradas *res nullius* ou *res communes* (coisas comuns ou coisas de ninguém)”¹⁶. *Res nullius* diz-se da coisa que não tem dono e que nunca foi objeto de assenhoreamento, tal como os animais bravios em liberdade e *res communes* diz-se da coisa que já teve dono, mas não o tem mais (aqui há necessidade de abandono, o qual não se presume).

Seguidamente, sem dono ou qualquer vínculo com a “cultura” e o “povo”, a natureza foi durante séculos duramente explorada e devastada, causando danos irreversíveis. Então, é ao longo do século XX, com o avanço da tecnologia que a produção de petróleo, retirada de mineiros e a exploração do solo colocou o planeta terra em crise ambiental alarmante, com a ocorrência de determinados danos, sendo eles: “desertificação, descongelamento das calotas polares, desgastes da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa e as perdas da biodiversidade” (TOMAZ e PAIXÃO, 2015. p.316).

Ademais, com a repartição do continente africano pelo tratado de Berlim e os antecedentes de exploração das suas terras, o estrangulamento da natureza africana deixou países ricos e desenvolvidos, chegada a vez dos países latino-americanos suprirem suas demandas, a amazônia passou a ser palco de disputas de dominação e o massacre dos povos indígenas, em especial o Equador.

Segundo o jornalista Tadeu Breda, escritor do livro “O Equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento”, o Equador é dono de uma invejável biodiversidade, que se encontra em uma linha de interesses da exploração:

¹⁶ TOMAZ e PAIXÃO, 2015, p.322.

O Equador é verde porque goza de uma riqueza ambiental exuberante. Verde é a cor do país para qualquer lugar que se olhe, seja na costa do Pacífico, nas alturas andinas ou na floresta Amazônica, verdes em diferentes tonalidades, todas que se possa imaginar. O verde também está na mesa, porque verde é o nome que os equatorianos dão a um tipo de banana consumido no país inteiro, o ano inteiro, faça frio ou calor. Dele se faz tudo, doces e salgados, de todos os jeitos: frito, assado, cozido, amassado, ralado, batido ou flambado (TADEU BREDA, 2011, p.29).

Outrossim, não é mais a visão capitalista do neoliberalismo que está em jogo e sim “o reconhecimento e garantia do plurinacionalismo, organização social de tradições, de identidade, de autoridade local, e reconhece também os territórios indígenas, as terras comunitárias em razão da posse dos seus antepassados”¹⁷, que vivem nessas áreas e chamam atenção para o desmatamento e exploração.

A ideia de plurinacionalidade busca dar voz e direitos a todos os grupos sociais presentes no país, através da constituição, sendo eles: direito de família, direito de propriedade privada, sistema econômico e uma vida social. No Equador, a plurinacionalidade busca da volatilidade identitária aos muitos grupos de povos e indivíduo que ali vivem, buscando restabelecer uma equidade entre os povos, como explica Tadeu Breda:

A plurinacionalidade tem a ver com a volatilidade identitária do equatoriano, mas vai além. Muitos dos povos e etnias que hoje residem no Equador já habitavam o país bem antes de existirem Estado Nacional, hinos e símbolos pátrios. Aliás, é interessante pensar que os 520 anos referentes à presença do homem branco na América correspondem a apenas dois por cento da história do povoamento no continente. (...) A plurinacionalidade, entretanto, não diz respeito apenas aos povos indígenas: também se considera, e não poderia ser diferente, a presença dos afrodescendentes, dos mestiços e dos brancos, cada um com sua carga de valores, costumes, religiões, línguas, formas de economia e justiça (TADEU BREDA, 2011, p. 159).

Ademais, o Equador durante os séculos XX e XXI levantou 7 constituições, sendo elas: 1906, 1929, 1945, 1946, 1967, 1978, 1998 e 2008. Dos anos de 1992 até 2008, o Equador elegeu 10 presidentes, dos quais 3 foram retirados dos cargos, através de protesto que tinham como base o apoio da CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador). A Conaie teve grande palco nas manifestações de 1990 e no decorrer dos anos 90 a 2000, fundou (1995) e estabilizou

¹⁷ TOMAZ e Paixão, 2015, p.316.

a Pachakutik, que juntas tinham um papel de representar os interesses indígenas no país.

A CONAIE assumiu o protagonismo da resistência anticapitalista no Equador e conquistou a liderança que até então pertencia ao movimento sindical e outras instituições da esquerda tradicional. (...) Então surgiu o movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Nuevo País (MUPPNP). (...) A CONAIE beberia dessa fonte para dizer simbolicamente que a fundação do Pachakutik representava a recuperação de uma série de valores que vigoravam em Abya Ayala da chegada do capitalismo. A releitura da tradição política tradicional, por conseguinte, abria novos horizontes para o futuro do Equador. (TADEU BREDA, 2011, p. 210-213).

Tanto a Conaie, quanto a Pachakutik, perderam forças com o decorrer do tempo, isso se deve principalmente ao apoio lançado aos presidentes Jamil Mahuad e Lucio Gutiérrez, depostos dos cargos, com manifestações organizadas pelas próprias instituições da Conaie e Pachakutik. A perda da confiança nas duas correntes políticas indígenas se deve a instabilidade dos governos que as mesmas apoiaram, ambos os governos retrocederam e defendiam o neoliberalismo e a exploração de minas e petróleo, se intensificando ainda mais com o governo do quinquagésimo presidente equatoriano, Rafael Correa.

Rafael Correa, presidiu o comando do governo equatoriano do dia 15 de janeiro de 2007 até 24 de maio de 2017. Correísmo como ficou conhecido seu governo, recebeu apoio da Conaie e da Pachakutik (que com o passar do tempo virou uma corrente política), ambos os movimentos indígenas pediam a promulgação de uma nova constituição e de uma nova política de comércio, onde o neoliberalismo deveria perecer no esquecimento e a devastação na natureza fosse cessada. “O presidente foi apoiado pelas centrais indígenas, que deram total respaldo às intenções expressas pelo então candidato de convocar uma Assembleia Constituinte. Dito e feito, Correa venceu as eleições de 2006 e convocou a sociedade para escrever uma nova Carta Magna” (TADEU BREDA, 2011, p.222). Contudo, o governo de Correa continuou apostando na exploração de recursos naturais do país, como o petróleo e minérios, gerando um descontentamento das instituições indígenas, fazendo Rafael Correa perder o apoio de ambas: “o movimento indígena não teve outra escolha a não ser romper com o governo e retirar o apoio até então brindado pelo Pachakutik ao presidente (...)” (Ibid., 2011, p.225).

Além disso, o último estágio para construção do Estado novo contém o Sumak Kawsay ou Bom-viver, as autoridades equatorianas devem buscar equidade social e justiça ambiental para com seus cidadãos: “o sumak Kawsay também pode ser lido como um estilo de vida pautado pela harmonia do homem com a natureza e com seus semelhantes” (TADEU BREDA, 2011, p.164). O governo deve procurar tentar uma nova prerrogativa de crescimento econômico que não seja mais e somente pelo conceito de capitalismo do neoliberalismo, “o sumak Kawsay deita raízes na constatação de que o crescimento econômico, sobretudo aquele viabilizado pela exploração dos recursos naturais, nem sempre leva ao desenvolvimento” (TADEU BREDA, 2011, p.164-165).

A reconfiguração da proteção da natureza na nova constituição equatoriana em medidas das vezes fica apenas no plano do papel, mesmo após ser aceita e promulgada no governo de Rafael Correa, as localidades denominadas fontes de riquezas e que sejam relevantes para a preservação ambiental não consegue afastar o anseio capitalista. Declaração de Rafael Correa ao jornalista Tadeu Breda:

-A riqueza mineral neste país é imensa, supera os 200 bilhões de dólares. Vamos deixar tudo isso intocado em nome de que não se derrube uma árvore ou um pássaro? - perguntou-se o presidente numa de suas defesas à mineração. - Destruir a selva pode ser imoral, mas ainda mais imoral é renunciar aos recursos que podem tirar o país do subdesenvolvimento, que podem eliminar a miséria e a pobreza de nossa pátria (Tadeu Breda, 2011, p.275).

O excerto acima, transfigura de forma cintilante as verdadeiras intenções do ex-presidente no Equador, durante o seu mandato ao país. A riqueza sempre beneficiará a alguém e de algum modo, mesmo que custe a vida de outras centenas de milhares.

SÍNODO DA AMAZÔNIA E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA SOBRE A IMAGEM DE PACHAMAMA

O Sínodo é uma associação periódica dos bispos de todo mundo, frente ao papa, que se reúnem para tratar de assuntos ou problemas diversos concernentes à Igreja. Trago à baila o Sínodo de 2019, que teve como tema: “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e por uma ecologia integral.” A conferência iniciou-se no

domingo, 6 de outubro e foi até o dia 27 de outubro, no Vaticano. O evento reuniu 250 participantes, dentre eles 184 bispos e 35 mulheres.

O Sínodo da Amazônia recebeu uma arte criada pelo artista brasileiro, Aurélio Fred, tendo o logo como base uma folha, que nos aponta para a biodiversidade presente na Amazônia. Como destaca a explicação da imagem do o blog, A Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAMBrasil¹²:

O movimento dela também nos lembra o fogo, uma chama, que é ação do Espírito agindo neste momento da história na Igreja e na Amazônia. A folha, por sua vez, não tem um traçado simples que aponta para uma única direção, mas traz a trama de uma cesta indígena, recordando a cultura das populações tradicionais, a força, o trabalho e o sentido de unidade. Unidade, aqui, de toda a Pan-Amazônia, lembrada nas cores das bandeiras dos países que a compõem, não tendo uma cor ou bandeira que prevaleça sobre a outra. No centro, um rio que une toda a região, com seus afluentes e bacias, símbolo também do caminho, motivação do tema do Sínodo, e que passa pela cruz, nossa identidade de Igreja e de cristãos.

O concílio da Amazônia, contou com a figura de Pachamama, levada pelos grupos indígenas e acolhida pelo Papa Francisco. Segundo a missionária espanhola Geni Llori, em uma entrevista para o jornalista e historiador Filipe d’Avillez, da rádio Renascença, o problema teria início quando os indígenas começaram a cultuar Pachamama em solo católico:

A confusão nasceu no dia em que plantamos a árvore no jardim do Vaticano e começamos com uma dança circular à volta de uma mandala em torno da qual estava esta imagem. Essa imagem representa a Mãe-Terra, ponto. Houve um momento em que nos inclinamos diante da imagem, porque os indígenas nos convidaram a fazer esse gesto, mas o nosso gesto era diante da terra, contou Geni Llori. (RENASCENÇA, 19 de novembro de 2019).

Geni Llori, ainda explica que quem plantou a árvore, dia 4 de outubro, no jardim do Vaticano foi, Edna, de um dos povos indígenas que se fazia presente. A reconfiguração daquela ação significava juntar a terra da Amazônia à do Vaticano. Foram acusados de paganismo e de sincretismo religioso pelos fiéis católicos.

A situação se intensificou ainda mais, quando no dia 21 de outubro dois vândalos católicos austríacos roubaram, durante a madrugada, da Paróquia Santa Maria na Transpontina, cinco imagens de Pachamama e jogaram diretamente no Rio Tibre. Na mesma paróquia, ainda se encontravam outros artefatos da cultura

amazônica, os bárbaros ainda afirmaram estarem agindo em nome da verdadeira fé católica.

Feita queixa na polícia e as imagens foram restauradas. No dia 25 de outubro, o Papa Francisco se desculpou com os povos indígenas e com todos os que se sentiram acometidos pelos fatos: “gostaria de dizer uma palavra sobre as estátuas da Pachamama que foram retiradas da Igreja Santa Maria na Transpontina, que estavam lá sem intenções idólatras e foram jogadas no Tibre (VATICAN NEWS, 25 de outubro de 2019).”

Em seguida, o canal de streaming, Apostolado Petrino, acompanhou durante dias e postou as homilias presididas pelo Dom Frei José Luiz Azcona Hermoso¹⁸, que em muitas das suas falas condenou o posicionamento do Papa Francisco e demonizou Pachamama. “Bendita és tu entres as mulheres, mas que benção pode trazer uma mãe terra desse tipo? Nenhuma bênção, porque é um ídolo e ponto”¹⁹ e ainda ressalta que “pachamama não traz felicidade nenhuma, para ninguém.”²⁰ Dom Azcona, condena e repudia o fato da imagem de Pachamama aparecer grávida e comparada com Nossa Senhora de Nazaré, mas como já ressalta a missionária Geni Llori, para Filipe d’Avillez: “No sentido em que gera a vida, como mulher que busca um lugar para dar à luz, poderia haver este paralelo com Maria de Nazaré, mas não podemos dizer isso.” (RENASCENÇA, 19 de novembro de 2019).

“Asa fez o que era reto aos olhos do senhor, como seu pai Davi. Eliminou da terra a prostituta sagrada, e limpou todos os ídolos que seus pais tinham feito.” (1 Reis 15, 11-12). A passagem de 1 Reis, ainda ressalta o posicionamento de Dom Azcona para explicar que Deus é quem criou tudo, e que na Igreja que encontramos a verdade, “não podemos idolatrar Pachamama, ela nada tem a ver com Nossa Senhora, Pachamama não tem fecundidade alguma.”²¹

Por fim, os ataques feitos diretamente a Pachamama, acabam por gerar a intolerância religiosa fortemente presente no ambiente cristão católico, que inúmeros episódios usam da Bíblia e dos ensinamentos de Jesus Cristo para inferiorizar e não

¹⁸ Religioso missionário da Ordem dos Agostinianos Recoletos, bispo católico, bispo emérito prelado do Marajó, no estado do Pará.

¹⁹ Petrino, Apostolado. Homilia de Dom Azcona Hermoso, no dia 27 de outubro de 2019, no Marajó, Paraíba. Disponível em: <<https://tinyurl.com/47esw9yds>>.

²⁰ Ibid., disponível em: <<https://tinyurl.com/47esw9yds>>.

²¹ Ibid., disponível em: <<https://tinyurl.com/47esw9yds>>.

reconhecer a prática do outro. Colocando a fé Católica sobre as dos outros povos, Geni Llori afirma:

Enquanto Igreja temos de recuar, dar dois ou três passos para trás, porque a nossa intenção tem sido sempre levar para lá a Fé, como se lá não existissem as sementes do Verbo, quando na realidade há muita vivência dos valores evangélicos. Mas eles mesmo reconhecem o valor da igreja, caso contrário não pediram a nossa presença (RENASCENÇA, 19 de novembro de 2019).

De forma poética e de reconhecimento da efetividade da Igreja Católica, Geni Lloris, termina sua entrevista para revista Renascença com a seguinte reflexão

Vou dar um exemplo concreto dos povos Xingu. Quando os missionários chegaram lá, as mulheres que tinham gêmeos tinham a prática de enterrar um deles. A mulher trabalha na terra e por isso só pode carregar uma criança, a segunda criança era enterrada, mas no sentido de ser devolvida à terra. Quando os missionários chegaram começaram a ver essa prática e começaram a fazer um trabalho, dizendo que havia outras alternativas. Em vez de devolver à terra, existiam outros povos que podiam acolher aquela criança. Hoje em dia esses povos não têm mais essa prática (RENASCENÇA, 19 de novembro de 2019).

Conclusão

A proposta deste trabalho nasce do desafio lançado através da matéria Histórias das Américas II, ofertada pela Universidade Estadual de Goiás - Campus Nordeste, que visa pensar e dialogar diretamente com várias ramificações de uma única entidade durante três temporalidades, sendo ela Pachamama.

Em primeira análise, vencido os diálogos, o pensamento denota-se na apresentação da divindade Pachamama e sua ascensão nas lutas dos grupos indígenas equatorianos, como também, a sua entrada fecunda na Constituição formulada em 2008 pelo ex-presidente Rafael Correa. Em efeitos maiores, Pachamama representa uma luta de forças daqueles que acreditam na preservação do meio ambiente e batalham contra a manopla do capitalismo, juntamente, com o neoliberalismo que se instalou fortemente durante a metade do século XX.

No que concerne ao atual cenário religioso, dispõe-se pensar no choque cultural que o catolicismo, por parte dos seguidores e representantes com poderes maiores, a título de exemplo, o Dom Frei José Luiz Azcona Hermoso, ainda enfrentam para aceitar o outro, procurando sempre ridicularizar ou inferiorizar. Por fim, e mesmo

que o Papa Francisco tenha tomado um posicionamento feliz em defesa a Pachamama, ainda é colocado em voga a sua suprema representatividade no ambiente católico por parte dos mesmos que seguem a doutrina do catolicismo.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BITTENCOURT, Libertad Borges. Entre as memórias e as identidades: **As comemorações do bi-centenário das independências da América Hispânica e os princípios da exclusão**. História Revista, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 447-459, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/14995>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

BREDA, Tadeu. **O Equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento**. São Paulo: Elefante Editora, 2011.

D'AVILLES, Filipe. **“Pachamama não é Nossa Senhora nem um ídolo, é um ícone da Terra.”** Renascença, 2019. Disponível em: . Acesso em: 20 de junho de 2022.

LIZAR, Antonio. **Quem é Pachamama - uma deusa exigente**. Youtube. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R3BB8jzKXnY>. Acesso em: 08 de agosto de 2022.

PETRINO, Apostolado. **Não misturem Pachamama com Nossa Senhora!!! ~ Dom Azcona (27/10/19)**. Youtube. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aEHqyp-QkJE&t=95s>>. Acesso em: 14 de agosto de 2022.

PETRINO, Apostolado. **Pachamama destruída em Roma/ jogaram os ídolos no Rio Tibre**. Youtube. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p5vLw79xZI8>>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

TOLENTINO, Z. T; OLIVEIRA, L. P. S. **Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano**. Veredas do direito, Belo Horizonte, vol.12, n.23, jan/jun-2015. Disponível em: <<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/393>>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

Capítulo 7
CASO DANIELLA PEREZ: AS NUANCES SOCIAIS E
JUDICIAIS DE UM CRIME
Daiane Priscila Arruda

CASO DANIELLA PEREZ: AS NUANCES SOCIAIS E JUDICIAIS DE UM CRIME

Daiane Priscila Arruda

Graduanda em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: daianearrudaccaa@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar - através de diferentes recortes da mídia, o caso de feminicídio da atriz e bailarina Daniella Perez Gazolla, morta pelo então colega de elenco, o ex-ator Guilherme de Pádua no início dos anos 90. Para tal desenvolvimento, expomos aqui o ocorrido através do material em circulação na época como jornais, revistas e folhetins, em um momento do país onde o “politicamente correto” ainda não era visto como importante. Posto isso - como não possuímos acesso as fontes originais e impressas, utilizaremos do material disponível na internet, tanto de 1992 (data que ocorreu o assassinato), como dos anos que se seguiram a fim de observarmos como o Estado e a Imprensa se esforçaram para fazer valer a ordem imposta por uma sociedade androcêntrica. A violência simbólica perpetrada por estes órgãos, além de outras vertentes – e como estes tentaram exaustivamente (e acabaram conseguindo por quase 30 anos), abafar o clamor popular que envolveu esse brutal assassinato, utilizando-se da mídia para tal. Além disso, faremos uso de alguns fatos expostos no documentário (em formato de série “*true crime*”) recentemente lançado pelo canal HBO dos diretores Guto Barra e Tatiana Issa, que dispõe da investigação policial e documentos oficiais para expor um olhar mais realista e cru dos acontecimentos, baseando-os em fontes antes não expostas ao público. Também são ouvidas testemunhas, parentes e amigos da vítima. O objetivo é mostrar se os meios de comunicação evoluíram ao expor casos criminais envolvendo papéis de gênero, se estes mostram e dão ênfase neste campo ou se permanecem tendenciosos visto que a mídia tem um importante papel na sociedade, como reforçador de certos comportamentos e símbolos ideológicos. É válido ressaltar que no passado, o sensacionalismo era tido como um meio válido na imprensa, que muitas vezes não se importava com a checagem de fontes ou documentação confiável para expor algo - o que importava era ter a atenção do espectador ou do leitor; hoje, embora este tipo de método ainda sobreviva em outros cenários ditos “informativos”, em casos investigativos a epistemologia é de suma importância. Para tal embasamento, utilizaremos bibliografias das autoras Heleieth Saffioti, Joan Scott, Guacira Lopes Louro e de Michel Foucault, referenciais no tema sobre gênero, relações e estruturas de Poder, além da violência histórica e ainda hoje perpetrada em nosso cotidiano social. O presente resumo exemplificará com nomes conhecidos, e não apenas “números” como a máquina social machista é capaz - a todo custo - de engendrar a violência e a culpabilização da vítima, colocando-a na posição de responsável pelos xingamentos recebidos, pelos espancamentos e - pasmem - pela sua morte. Muitos de nós já ouviram a frase: “Ah, mas alguma coisa ela deve ter

feito.”ou ainda “Ela deve ter provocado.” Expondo a mídia dos anos 1990 através de algumas revistas famosas da época (Manchete e Amiga TV Tudo), bem como jornais (impressos e de televisão) e a atual (documentário Pacto Brutal, 2022). Observaremos como as novelas impactavam a sociedade brasileira, além de explorarmos a cobertura do crime e do decorrer dos processos judiciais até a condenação dos assassinos. Pois aqui, retrataremos uma situação que infelizmente ainda é muito comum, onde o alvo sempre é aquele visto como o mais “fraco”. Neste caso - embora sejam citadas outras violências como a racial, o foco é a mulher.

Palavras-chave: Mídia; gênero; violência; feminicídio.

A NOITE QUE NÃO TEVE FIM

"O efeito da morte sobre aqueles que continuam vivos é sempre estranho, e muitas vezes terrível, pela destruição de desejos inocentes. “ Virginia Woolf

Para compreendermos a dinâmica do caso, se faz necessário uma narrativa de como transcorreu as horas anteriores ao crime: O dia começa tranquilo e quente típico de um dezembro carioca, nada sequer sinalizava algo de anormal. Daniella Perez Gazolla, apelidada carinhosamente desde criança por Dani, saía da casa de sua mãe, a escritora Gloria Perez rumo ao Centro de Gravações da emissora Globo, na Tycoon²² - Barra da Tijuca. A jovem havia ingressado recentemente ao universo da teledramaturgia e já mostrava sua determinação - havia conquistado a maioria do público com seu carisma e entusiasmo. Daniella, então casada com o também ator Raul Gazolla, havia ido a residência de Gloria pegar uma quantia em dinheiro que a mãe estava guardando para ela para a compra de um carro. Tudo correu normal nas gravações da novela do horário nobre em que era uma das protagonistas - a trama “De Corpo e Alma”, escrita pela mãe. Naquele 28 de Dezembro atuou em tapes de vários capítulos que iriam ao ar na semana seguinte, os atores que contratou foram vários como Fabio Assunção, Sandro Solviatti, Eri Johnson e, como rotineiramente - Guilherme de Padua²³.

²² Informalmente chamado de Projac.

²³ Estas informações sobre o dia do crime tiveram como base o site mantido pela mãe da vítima, a escritora Glória Perez. Citado aqui a fim de mostrar que aparentemente não houve situações entre os envolvidos que extrapolaram “limites” considerados corriqueiros. Além de alguns momentos que hoje vemos como assédio, o universo artístico tende a relevar certos abusos bem como vimos recentemente casos nas mais amplas esferas, como na indústria do cinema com casos expostos de atrizes vítimas de diretores e integrantes de estúdios de filmagens.

Guilherme²⁴, um ator que não havia até então emplacado grandes sucessos viu sua carreira ascender ao fazer parte do triângulo amoroso entre Daniella e Fabio (Assunção): Começaram a aparecer inúmeras propostas de *marketing*, revistas e entrevistas. O jovem alcançava o sonhado sucesso, que até então não havia emplacado na teledramaturgia. Começou sua carreira nas noites cariocas na década de 80, atuando no espetáculo “Os leopardos” na Galeria Alaska; ele sempre negou o fato porém a idealizadora do projeto, Eloína dos leopardos²⁵, confirmou em várias entrevistas que Pádua fez parte do grupo, como podemos ver a seguir em entrevista ao Jornal “Aqui e agora” do SBT em 1993, onde a mesma diz que “ele era ambicioso sim, tanto que fez o que fez. Fazia programa, os *michês*, que é óbvio, todo mundo sabe. Não adianta mais esconder. Aqui dentro do teatro, não tem. Mas quando eles saem... tem propostas”, revelou à reporter.

Rogéria - outra travesti brasileira muito famosa - disse nesta mesma entrevista sobre a ambição de Guilherme, referindo-se a ele como “carreirista”- aquele que é capaz de tudo pela fama:

“Nós ensaiamos juntos por dois meses... Nos dávamos muito bem, mas sempre vi nele um carreirista.” Abaixo, Guilherme na direita e ao centro, Eloína dos leopardos, idealizadora do espetáculo.



²⁴ De acordo com o documentário, Guilherme trabalhou no espetáculo teatral “Os Leopardos” famoso na noite carioca entre os anos de 1980 e 1990, na Galeria Alaska, no Rio de Janeiro. Era uma apresentação de *strip-tease* masculino e atraía todos os tipos de público, em especial o público gay. Este fato foi confirmado em muitos sites e vídeos da época disponibilizados atualmente na plataforma *Youtube*.

²⁵ Eloína dos leopardos, hoje com 85 anos, é uma travesti (na época, transformista) muito famosa no Rio de Janeiro. Foi a primeira rainha de bateria gay do carnaval brasileiro. O depoimento dela, fotos e vídeos da época mostram Guilherme como um dos seus “leopardos”. Ele sempre negou esse período de sua vida, devido ao fato de que a própria Eloína afirmou que a prostituição fazia parte da casa de espetáculos, não dentro do estabelecimento, mas fora dele. Adentramos este aspecto da vida de Guilherme não para conotar a prostituição de forma pejorativa, mas para salientar que nesta época, ele já demonstrava sua ambição e caráter duvidoso, notado pelos colegas de trabalho.

Eloina em entrevista ao SBT, para o Jornal Aqui e Agora (fonte: Youtube)



Rogéria revelou em entrevista ao jornal “Aqui e Agora” do SBT, que contracenava no musical com Pádua. (Fonte: Youtube)



Grupo “Os Leopardos”, espetáculo sensual famoso nas noites cariocas. Fonte: www.noticiasdatv.uol.com.br

Vale ressaltar que além de notável ambição e postura de “vale-tudo” pelo sucesso, houve agressões a colegas de trabalho, como o ator Fabio Assunção. Este revelou em entrevista ao documentário “Pacto Brutal” (HBO) e para alguns sites de entretenimento que foi agredido por Guilherme quando contracenavam em uma peça de teatro²⁶, dizendo que “Ele fazia um policial, então ele me prendia, tinha que me

²⁶ Entrevista em “Pacto Brutal”, disponível em <https://www.hbomax.com/br/pt> e em sites de entretenimento como <https://contigo.uol.com.br/noticias/tv/fabio-assuncao-revela-que-foi-agredido-por-guilherme-de-padua-me-deu-um-soco.phtml>.

bater, mas era ensaio. E ele me deu um soco em cena. Foi na minha garganta, aquilo deu uma discussão enorme. Achei até que ia ficar com algum problema na voz”(...).” Fabio continua a entrevista reforçando as estranhas ações de Pádua ao citar que “Guilherme era meio over, era meio fora da casinha. Ele falava umas coisas que todo mundo ficava...” (referindo-se a não entender bem suas atitudes).

O jornal “Aqui e Agora” do SBT, famoso nos anos 90, era um programa investigativo de forte apelo popular. Após pesquisas, foi um dos poucos na época a mostrar Guilherme de forma menos tendenciosa e parcial - e por isso vem citado neste trabalho, embora ainda tivesse um grande sensacionalismo - traço característico desse período.

É evidente na trajetória do criminoso suas tentativas de alçar o sucesso, começando em figurações e depois em papéis sem muito destaque (pequena participação na telenovela *Mico Preto*, interpretando Narciso), até finalmente chegar a um personagem mais central, em uma novela do horário nobre na rede Globo. Porém, coincidentemente devido a novela estar caminhando para seus capítulos finais, o personagem interpretado por Guilherme havia “perdido” sua visibilidade na novela, pois a “Yasmin” de Daniella, teria seu final feliz com o personagem de Fabio. Segundo os depoimentos de testemunhas e pessoas que conviviam com o ator expostos no documentário “Pacto Brutal” (HBO, 2022) foi o bastante para ele: acostumado a conseguir tudo que desejava, após varias tentativas inclusive de seduzir Daniella e aumentar sua participação na trama, ele faria algo atroz para se vingar. Seria a última noite da atriz.

O CRIME

Na noite de 28 de dezembro de 1992, por volta das 21h, o elenco da novela terminava as gravações e Daniella é uma das últimas a deixar o Estúdio. Sem que ela soubesse, Guilherme a esperava no pátio do estacionamento. Aparentando nervosismo já algum tempo, a jovem confessou a uma atriz²⁷ que estava sendo assediada por Guilherme, mas questionada, disse que preferia não expor pois não queria prejudicá-lo. Aqui, temos uma conduta muito interessante: vemos quase

²⁷ Em depoimento ao delegado Cidade, a atriz Marilu Bueno, colega de elenco de Daniella disse que a atriz havia se queixado sobre situações de assédio envolvendo Guilherme.

alegoricamente o caminho trilhado pelas relações de Poder, onde a resiliência, paciência e afetividade (embora características muitas vezes da personalidade) são condutas reafirmadas nas mulheres, reforçando-as a um comportamento dito “feminino” e correto. Em contrapartida, o assassino percebe seu poder dominante, exercendo sobre a vítima comportamento assediador e violento - características usadas por ele para firmar sua masculinidade e conseguir o que desejava.

"Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. " (SAFIOTTI, 1996)

Nota-se que após inúmeras investidas sobre Daniella para conseguir o que ele achava ser seu por direito e obter apenas resistência por parte dela, Guilherme se sentiu ultrajado em ter sua masculinidade ferida. Contrariado, trama o assassinato da atriz. Importante deixarmos claro que Guilherme foi diagnosticado com transtorno de psicopatia por alguns psicólogos e psiquiatras, porém a análise não adentrará no campo psicológico e sim, em como a estruturação de uma sociedade patriarcal favorece os desejos e desmandos do homem masculino e esse tipo de afirmação ocorre já nos primeiros anos em sociedade, com o papel reforçador desenvolvido nas escolas. Em “Gênero, Sexualidade e Educação”, a autora Guacira Lopes Louro (1997), nos incita a observar como as estruturas das instituições de ensino corroboram para os moldes sociais “adequados” aos indivíduos, desde a arquitetura aos símbolos fortemente disseminados entre masculinos ou femininos tidos como ideias de postura e conduta. Os papéis e “qualidades” irão designando o que fará parte do cotidiano de mulheres e homens e o que “fere” estes papéis será duramente criticado e impedido, afirmando assim todo esse processo de conduta imposta como algo natural.

Tal "naturalidade" tão fortemente construída talvez nos impeça de notar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentam, circulam e se agrupam de formas distintas. Observamos, então, que eles parecem "precisar" de mais espaço do que elas, parecem preferir 'naturalmente' as atividades ao ar livre. Registramos a tendência nos meninos de "invadir" os espaços das meninas, de interromper suas brincadeiras. E, usualmente, consideramos tudo isso de algum modo inscrito na "ordem das coisas". Talvez também pareça “natural” que algumas crianças possam usufruir de tempo livre, enquanto que outras tenham de trabalhar após o horário escolar; que algumas devam “poupar” enquanto que outras tenham direito a “matar” o tempo. Um longo aprendizado vai, afinal, 'colocar cada qual em seu lugar'. (LOURO, 1997, p. 60)

Dessa forma, o homem tem - desde o seio familiar, educação diferente da mulher; o que vem a ser reforçada na “escolarização” e posteriormente, na sociedade e corroborada entre os meios de comunicação como vemos aqui. Enquanto a mulher, oprimida desde o início é sempre subjugada a papéis “femininos” e “delicados” e qualquer sinal de ameaça ao sistema social, e agregados a essa educação opressora de outrem, acaba muitas vezes as vias de fato: o crime.

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos... (SAFIOTTI, 1996, p. 118)

O criminoso descontente e contrariado planeja segui-la. No pátio da Tycoon, Daniella é abordada por duas fãs, que querem fotos com ela. Ainda um pouco tensa por sair sozinha aquela hora da noite²⁸ (algo muito comum no cotidiano das mulheres), a jovem concede a foto e sai dirigindo seu carro. Guilherme vai atrás e arma uma emboscada: Num posto de combustíveis próximo, “fecha” o carro da jovem com o seu, sai do veículo e desfere um soco na moça, que desmaia imediatamente. Ela é colocada desacordada no carro dele. Aqui, outra personagem surge: a esposa de Guilherme, Paula Thomaz - é ela quem dirige o carro de Daniella rumo ao terreno baldio, destino final do plano criminoso. Segundo o inquérito, tudo é visto por testemunhas - frentistas do Posto que, posteriormente, teriam seus depoimentos ignorados pela justiça na mentira inventada pela Imprensa e pelo Estado. Outro destaque é válido aqui: a violência de raça e classe, pois os frentistas eram negros e moradores de uma comunidade. O poder e a mídia prefere dar voz a um ator, branco e “famoso”: o assassino.

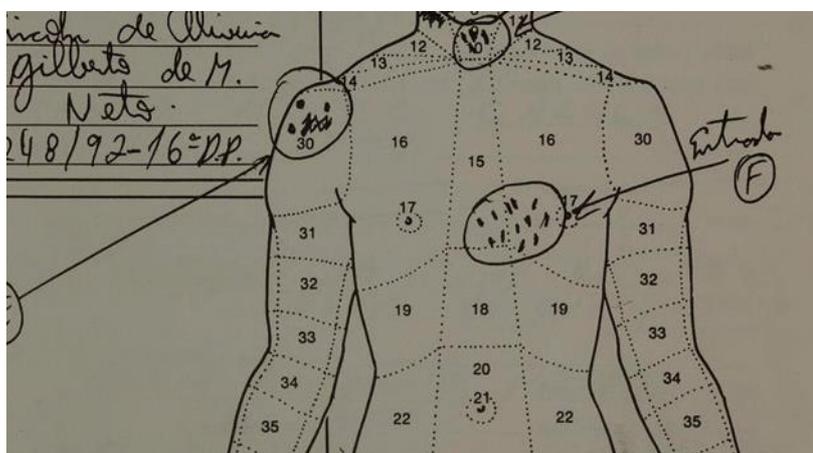
²⁸ O ator Stenio Garcia foi um dos últimos a deixar o estúdio e disse no documentário que Daniella estava ansiosa e com receio de pegar seu carro sozinha no estacionamento. Ele não levou em consideração o nervosismo da atriz e se disse ressentido até hoje por não tê-la acompanhado.



Última foto de Daniella com vida. Mesmo aparentando nervosismo, a atriz concede a fotografia às fãs. Fonte: (www.daniellaperez.com.br)

A MORTE

Ambos os carros são parados em frente a um terreno baldio, onde Paula e Guilherme desferem, ainda no banco de trás do carro dele, 18 golpes de punhal do coração de Daniella, além de outros na região do pescoço. A atriz nem ao menos pôde tentar se defender: permaneceu desacordada devido ao soco que deslocou seu maxilar., comprovado nos exames do Instituto Médico Lega. No laudo pericial, nota-se que não existem ferimentos de defesa, e a maioria dos golpes desferidos foram em regiões vitais do corpo como pescoço (região da jugular) e tórax:



Laudo pericial mostrando o local das lesões. (Fonte: www.daniellaperez.com.br)

Paula, a esposa e cúmplice no crime, era completamente apaixonada por Guilherme - por ciúmes, e ao mesmo tempo raiva de Daniella não ter cedido aos desejos do marido (fato mostrado através de áudios gravados pela polícia enquanto Paula estava presa²⁹), ajudou-o nesse plano sórdido. Para Lemgruber (2002) "dependendo do contexto em que estiver inserida e de sua predisposição ao crime; masculinizada ou movida pela paixão, a mulher poderá construir irreversivelmente um perfil de criminosa." Também pode ser impelida a cometer crimes, seja por dependência emocional ou ciúmes do companheiro.

Não elencaremos aqui o grau de crueldade de Paula - visto que ao fazê-la, necessitaríamos de pesquisa mais ampla a respeito dela como indivíduo e também seu contexto social; esta foi citada apenas por fazer parte do contexto criminal. Após os golpes, o corpo de Daniella foi jogado em um matagal e ambos foram embora roubando o dinheiro, a bolsa e a aliança da vítima (nunca devolvidos) encobrindo as marcas do assassinato e voltando aos seus papéis sociais como "pessoas de bem".

Na mesma noite, por volta das duas da manhã, a polícia encontra o corpo de Daniella e começa - quase imediatamente - a elucidar o crime: Guilherme já estava sob os holofotes. Quando os peritos chegam ao local, chegam também os parentes, amigos e - claro - os jornalistas. É aqui que a história toma um rumo quase surreal: Inicia-se o processo de culpabilização da vítima e omissão do passado agressivo de Guilherme.

A COBERTURA DA MÍDIA - 1992

Imediatamente e nos dias posteriores, jornais e revistas começaram a lançar chamadas tendenciosas - algumas veladas - outras afirmando que a atriz tinha um caso extraconjugal com o criminoso, romantizando o crime, expondo imagens do casal na novela para que difundissem na percepção social uma falsa realidade, dando voz ao assassino para que ele pudesse divulgar a versão machista ao seu favor, "manchando" a memória da atriz no imaginário popular³⁰.

²⁹ Todos os áudios e cartas de Paula confessando que sabia dos desejos de Guilherme em seduzir Daniella estão expostos no documentário "Pacto Brutal" da HBO.

³⁰ Após um bombardeio de chamadas sensacionalistas, os jornais e revistas trataram de abafar o caso nos anos seguintes, dando cada vez menos destaque ao caso. Muitas vezes, apenas uma nota no canto de um jornal, até que tudo fosse esquecido.

Daniella passou a ser a “louca”, a “traidora”, que foi ela que o seduziu, exigindo para que se encontrassem em um terreno baldio forçando e ameaçando-o a terminar o casamento com Paula, caso contrário ela exporia a traição de Guilherme à imprensa e pior, pediria para que a mãe retirasse os papéis de seu personagem na novela. Isso causou nele a ação violenta, quase compelindo-o a arrancar brutalmente e de forma torpe, sua vida. Esse foi seu argumento, inclusive em entrevistas, algo que causa aversão e fere nossa inteligência mas foi exatamente isso difundido por ele e reforçado pelos meios de comunicação da época, como estes exemplos de jornais e capas de revistas. Notadamente tendenciosas e pejorativas, como observamos nesta foto retirada de uma revista Manchete:



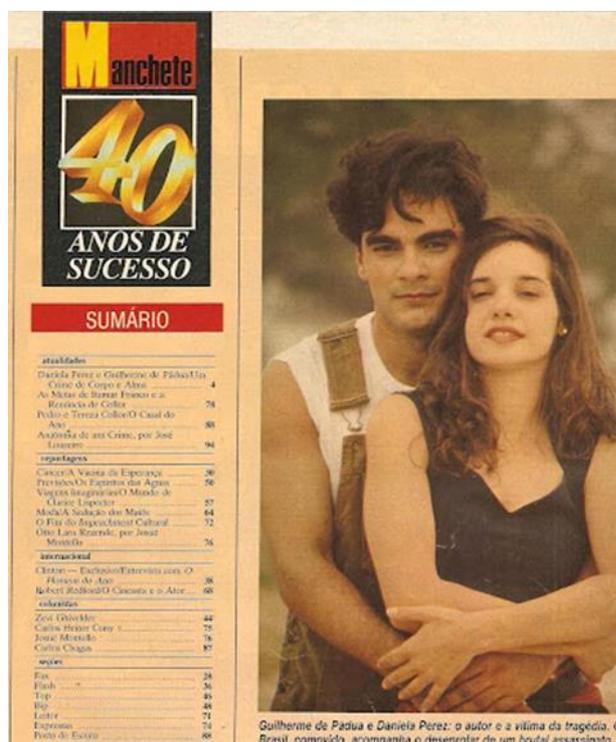
Revista Manchete estampando foto como se fossem um casal. (Fonte: www.tudoissoetv.blogspot.com)

Este foi um caso onde a comoção popular foi imediata: a sociedade aclamava pela justiça desse crime bárbaro. Todo o país e também a imprensa internacional (visto que a brasileira fazia o contrário) pediam as autoridades que algo fosse feito, que a memória da atriz não ficasse corrompida e que ele e a esposa fossem presos.

Seguem alguns exemplos de como o sensacionalismo prevaleceu nas mídias da época, além da repostagem sobre o afastamento do Delegado Cidade e sua substituição:



Acima, o delegado Cidade que elucidou o caso e logo em seguida foi substituído por Magalhães. Fonte: (www.daniellaperez.com.br)



Mais uma matéria da revista Manchete, enfatizando um romance que nunca existiu. Fonte: (acervo.oglobo.globo.com)



Noticiário com chamada tendenciosa, como se a atriz fosse apaixonada por ele. Fonte: (acervo.oglobo.globo.com)



Revista Manchete mostrando Daniella com roupas “provocantes” e no pormenor, vítima e assassino como um casal. Fonte: (www.tudoissoetv.blogspot.com)

Bem sabemos que a estrutura das relações de poder dentro das sociedades patriarcais são muito bem consolidadas. Os símbolos que regem a conduta dos gêneros estão impregnadas historicamente no nosso cotidiano, seja nas escolas, nas famílias, nas instituições; elas nos ensina como agir, como falar, como sentir e principalmente como esconder sentimentos. Trata-se dos procedimentos disciplinares que são praticados em instituições como hospitais, escolas, fábricas e prisões,

garantindo uma vigilância e normatização da sociedade autorizada e legitimada pelo saber (FOUCAULT, 1979).

Qualquer sinal de que algo pode abalar esses alicerces é imediatamente abafado pela máquina patriarcal, que se esforça seja através do Estado, da Imprensa e dos símbolos inseridos na nossa Sociedade a reconfigurar situações onde a masculinidade e o poder androcêntrico estão ameaçados pelo contexto feminino. Posto isso, o que observamos no Caso Daniella Perez foi que mesmo com a massa popular favorecendo o conceito de justiça, outros pilares da sociedade entraram em ação, lançando mão de mentiras e sensacionalismos para se chegar ao único denominador comum aceitável para esta: a absolvição popular e judicial de Guilherme. Vale destacar que a intensa opressão do Estado afastou o Delegado que elucidou o assassinato e indiciou Guilherme, colocando em seu cargo outro profissional mais “maleável” na condução do caso - favorecendo, claro, o acusado³¹.

Outrossim, a mídia da época (jornais, folhetins e revistas) corroborou para difundir através de títulos com duplo sentido e fotos de Daniella com roupas e poses sensuais, usando de sexismo e objetificação para rebaixar a atriz, colocando-a sutilmente e nas entrelinhas como uma mulher vulgar, sem “boa conduta” e sendo assim, responsável pela própria morte, pois “provocou” o assassino, colocando-o numa posição desfavorável e por isso este acabou “perdendo a cabeça”. Ora, bem sabemos que todas essas questões são incabíveis mas, reforçadas por uma violência de gênero impregnada em nossa sociedade há muito tempo, a vítima passa sim a ser a acusada - eliminando qualquer rastro de criminalidade do “bom moço”, pois violou, agrediu ou matou porque praticamente foi impelido a isso. Além das notícias visando corroborar para a construção de uma culpa sobre ela, alguns jornais estamparam fotos do cadáver de Daniella nos mais diferentes ângulos, *closes* e posições deixando amigos e familiares perplexos.

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares(...) O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 2020 p. 89)

³¹ O então delegado Mauro Magalhães assume o caso no lugar de **Cidade** de Oliveira Fontes Filho, afastado sem maiores explicações. Magalhães tinha fama de polêmico tendo sido denunciado na história da casa de Petrópolis, que ficou conhecida como um centro de tortura na época da ditadura.

Outro fato que nos chamou a atenção na pesquisa para fundamentar o presente trabalho, foi a conduta dos jornais ao noticiar em destaque o crime e a vida de Daniella e “ocultar” - ou seja, dar menos importância as notícias relacionadas a condenação de Guilherme. Em uma pesquisa feita no site da biblioteca Nacional³², ao buscar “Daniela Perez” em todos os folhetins (98 acervos) em um período de 10 anos (janeiro de 1990 a dezembro de 1999), houve um total de 612 ocorrências e “Caso Daniella Perez” 101 ocorrências. Buscando “Paula Thomaz” houve 609 ocorrências. Já “Condenação de Guilherme de Padua” e “Prisão de Guilherme de Padua” foram 11 e 6 ocorrências, respectivamente. Pensando no público espectador das novelas e os leitores de jornais, observamos o abafamento do desfecho deste crime por parte dos meios de comunicação da época para abranger todos os indivíduos, fossem eles homens ou mulheres. Nota-se um exacerbado movimento em relação a vida e morte da atriz - bem como a co-autora do assassinato Paula Thomaz, bem como um ofuscamento das notícias que se seguiram quanto ao julgamento e condenação de Guilherme.

Atualmente, trinta anos após o ocorrido, podemos analisar através de “Pacto Brutal” a tentativa de elucidar muitos dos esteriótipos e mentiras disseminadas na época. Para isso, a produção reúne documentos, laudos e perícias que até então não haviam sido divulgadas ao público, além de depoimentos de familiares, amigos e testemunhas que viram a agressão e o rapto da atriz pelos assassinos.

CONCLUSÃO

Embora a morte de Daniella com apenas 22 anos tenha repercutido em todo âmbito nacional e favorecido uma emenda na Lei de crimes hediondos (em 1990, homicídio qualificado não estava na lista de crimes cruéis), Guilherme de Padua foi solto por uma *habeas corpus* apenas 48 horas depois do assassinado, concedeu várias entrevistas, virou “celebridade” e posteriormente pastor religioso. Dizia que já havia “pago” pelo crime: o assassino cumpriu apenas 9 anos de detenção; Daniella cumpriu trinta. Trinta anos de boatos incessantemente martelados na mente brasileira - onde ela era a traidora, a amante, a louca, a obsessiva - e que esse tipo de conduta, mesmo que fosse verdade (o que não era), abrisse caminho para um homem puni-la

³²Buscas feitas por palavras chaves já citadas no texto e de forma ampla no site da Biblioteca Nacional em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

com a morte. Guilherme faleceu este ano, em 6 de novembro aos 53 anos. Viveu 29 anos a mais que Daniella.

Embora se afirme algumas vezes que a "ideologia de gênero" "reflete" as estruturas econômicas e sociais, há também um reconhecimento crucial da necessidade de compreender "o vínculo" complexo entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente. (SCOTT, 1995 p. 79)

Mesmo sendo uma figura popular, famosa e em destaque quando foi morta, Daniella não escapou das garras do poderio patriarcal. Foi exposta, desmoralizada, teve as fotos do seu corpo e de sua vida escancarados em todos os veículos de imprensa. Toda uma encenação para embasar algo cruel e tristemente cotidiano: colocar a mulher como responsável pelos golpes cruéis que lhe são desferidos. Seja uma ofensa, um tapa ou a morte; tudo que acontece conosco possui um atenuante, uma desculpa, um motivo. Mas esse motivo mesmo é ser mulher e ousar abalar a fortaleza machista em que estamos inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens um tanto desconfortáveis de Daniella Perez foram aqui expostas para mostrar (e não nos deixar esquecer) as nuances de um crime. Hoje, muito se esconde a brutalidade que fatos como esse podem esconder, está longe de deixar de existir ou acontecer. A mesma imprensa que "violentou" o corpo da jovem expondo-a em todas as bancas de revistas, agora não nos deixa ver o que acontece, encobre-se o real: também é uma forma de violência pois a vítima é mais uma, mais um número nas estatísticas, mais um crime - sem marcas, sem sangue, sem sofrimento. Sem mudanças. Porém, no caso do documentário e deste novo modelo de jornalismo investigativo, podemos observar com mais clareza e o máximo possível de imparcialidade o que de fato ocorreu, utilizando fontes orais e documentais. Quem sabe não foi essa mesma exposição que materializou este caso em nossas mentes e eternizou Daniella em nossos corações, possibilitando às vésperas de seu falecimento completar 30 anos, colocá-la finalmente sob a luz da justiça - mesmo que esta seja apenas a exposição dos fatos reais, que foram encobertos em 1992 e nos anos que se seguiram. Que a jovem dançarina finalmente tenha paz.

Referências

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**, Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**, Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a Vontade de Saber**, Graal, 1988.

SAFFIOTI, H. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. PUC, 2001

SCOTT, J. **Gênero: Uma Categoria Util De Análise Histórica***, Educação & Realidade, 1995.

<http://www.daniellaperez.com.br/> (acesso em 31 de outubro de 2022)

<http://tudoissoetv.blogspot.com/2015/12/manchete-daniela-perez-n-2127-090193.html> (acesso em 02 de novembro de 2022)

<https://televisao.wordpress.com/2012/03/29/tesouradas-na-alma-o-brutal-assassinato-da-atriz-daniela-perez-filha-da-novelistagloria-perez-2/> (acesso em 02 de novembro de 2022)

<https://canalcienciascriminais.com.br/pacto-brutal-fotos-corpo-daniella-perez/> (acesso em 01 de novembro de 2022)

<https://www.ex-isto.com/2019/02/foucault-microfisica-do-poder.html> (acesso em 01 de novembro de 2022)

<https://www.pararecordarnovelasefamosos.blogspot.com.br> (acesso em 03 de novembro de 2022)

<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/atriz-daniella-perez-brutalmente-assassinada-com-estocadas-em-1992-9233890> (acesso em 03 de novembro de 2022)

<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/celebridades/antes-de-crime-guilherme-de-padua-agrediu-fabio-assuncao-e-ficou-nu-em-teatro-85900> (acesso em 03 de novembro de 2022)

https://www.hbomax.com/br/pt/series/urn:hbo:series:GYsA-_gaARC8TnQEAAAAV (acesso em 01 de novembro de 2022)

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq (acesso em 01 de novembro de 2022)

Capítulo 8
O SINDICALISMO RURAL BRASILEIRO NA
DITADURA MILITAR: O SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO DO
SUL (1966-1985)
Patrícia Schneid Altenburg

O SINDICALISMO RURAL BRASILEIRO NA DITADURA MILITAR: O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL (1966-1985)

Patrícia Schneid Altenburg

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Licenciada em História pela mesma instituição. E-mail: patricialtenburg@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de mestrado desenvolvida por esta pesquisadora junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e propõem-se a analisar a organização e atuação de uma entidade oriunda de uma fração singular do sindicalismo rural brasileiro, em um período de tensões e autoritarismos no país: O Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Militar brasileira (1966-1985). Nesta comunicação são destacadas algumas produções bibliográficas pertinentes ao estudo do objeto, embora a academia e em especial a História pouco tenha produzido recentemente acerca desta vertente do sindicalismo rural. É também contemplada a importância da utilização conjunta das modalidades de História Social e História Política; dos conceitos de Classe, Grupos Sociais, Memória e Ditadura Militar; e da análise micro-histórica de fontes orais e documentais, cujas informações tanto se completam quanto antagonizam. Por fim, no que concerne aos primeiros resultados da pesquisa, apesar de ainda muito insipientes, verifica-se a complexidade do grupo estudado e da entidade a qual compõe, que apesar de privilegiar a postura assistencialista em detrimento da mobilização política, não se exime de construir relações e propor negociações externas, visando obter o atendimento de demandas e interesses que lhe competem.

Palavras-chave: Sindicalismo Rural brasileiro, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Ditadura Militar, História Oral.

ABSTRACT

The present work is an integral part of the master's research developed by this researcher together with the Graduate Program in History at the Federal University of Pelotas and proposes to analyze the organization and performance of an entity originating from a singular fraction of Brazilian rural unionism, in a period of tensions and authoritarianism in the country: The Union of Rural Workers of São Lourenço do Sul during the Brazilian Military Dictatorship (1966-1985). In this communication, some bibliographic productions relevant to the study of the object are highlighted, although the academy and in particular History has produced little recently about this aspect of rural unionism. The importance of the joint use of the modalities of Social History and Political History is also contemplated; the concepts of Class, Social Groups, Memory

and Military Dictatorship; and the micro-historical analysis of oral and documentary sources, whose information both complements and antagonizes each other. Finally, with regard to the first results of the research, although still very incipient, the complexity of the studied group and the entity which composes it is verified, which despite favoring the welfare posture to the detriment of political mobilization, does not exempt itself from building relationships and proposing external negotiations, aiming to meet the demands and interests that are incumbent upon it.

Keywords: Brazilian Rural Unionism, Union of Rural Workers, Military Dictatorship, Oral History.

Introdução

Nas últimas décadas, muitos estudiosos, sobretudo das áreas oriundas das Ciências Humanas, têm construído suas pesquisas a partir de objetos recortados dentro da temática do sindicalismo rural brasileiro, originando, por conseguinte uma frutífera produção acadêmica, sobretudo pautada na análise da reivindicação de direitos pelo trabalhador rural; na luta do campesinato pela garantia de permanência, bem como acesso à terra; e na defesa dos interesses dos grupos presentes no campo. Todavia, devido a sua amplitude e complexidade, o referido tema, constituído por diversas e antagônicas faces, vertentes e trajetórias, de sujeitos e grupos de distintas origens sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda carece de olhares atentos que se debrucem em analisar tamanha heterogeneidade.

Posto isso, a presente proposição busca agregar algumas contribuições, se detendo em pesquisar um grupo, ainda muito pouco explorado, durante um período de forte controle e vigilância sobre os sindicatos, trata-se do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de São Lourenço do Sul e os sindicalistas, em sua maioria pequenos produtores rurais dedicados à agricultura familiar, integrantes desta entidade, sendo delimitado a seguinte problemática de pesquisa e análise: “Quais os aspectos e motivações responsáveis por nortear a organização, criação e manutenção de um Sindicato de Trabalhadores Rurais no município de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Militar Brasileira (1966-1985) e de que modo os trabalhadores membros da entidade, aprendem e se relacionam com o regime ditatorial em vigor, bem como, com seus diversos atores?”, também objeto da dissertação de mestrado atualmente desenvolvida por esta pesquisadora.

Considerando o objeto apresentado, o trabalho desenvolvido tem como objetivo central: analisar a organização e as formas de ação e atuação do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante o período da Ditadura Militar brasileira (1966-1985). Cujo qual, se desdobra em quatro objetivos específicos, delimitados visando obter respostas pertinentes ao problema proposto: compreender o contexto de criação e manutenção da entidade, as razões de sua emergência naquela comunidade, bem como suas estratégias de mobilização e principais reivindicações durante o período em análise; verificar o posicionamento adotado pelo STR de São Lourenço do Sul, durante o governo ditatorial, buscando compreender a imagem apresentada pela entidade acerca da conjuntura vigente, através de suas atas e registros oficiais entre os anos de 1966 e 1985; entender, por meio de suas memórias, como os membros do sindicato aprendiam o contexto político no qual estavam inseridos; explorar as redes de relações estabelecidas interna e externamente, aproximações e divergências entre os membros da entidade, ligações com forças políticas exteriores, e o caráter das relações mantidas com outras organizações voltadas ao homem do campo.

Frente ao exposto, a presente proposição tem o intuito de expor algumas reflexões bibliográficas e teórico-metodológicas responsáveis por sustentar a pesquisa, bem como, breves considerações acerca dos resultados preliminares até então obtidos a partir da análise de distintas fontes históricas, resultados estes ainda muito insípidos dado que a pesquisa ainda se encontra em fase inicial.

O sindicalismo de trabalhadores rurais na ditadura: considerações bibliográficas

Embora atualmente as produções acadêmicas a respeito das organizações sindicais no campo estejam em ascensão, foram localizados pouquíssimos trabalhos voltados aos STRs no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul durante o período aqui enfocado, bem como aos grupos neles atuantes, dificuldade que se acentua ainda mais em relação à área da História. Cenário não justificado pela baixa incidência dessas entidades no estado gaúcho, uma vez que entre os anos de 1963 e 1977, foram organizados 224 sindicatos no Rio Grande do Sul, assemelhados ao de São Lourenço do Sul. (BASSANI, 2009, p. 117). No entanto, durante o processo de composição da bibliografia, deparou-se com algumas produções de grande relevância para esta pesquisa, produções estas oriundas de distintas áreas das Ciências

Humanas, destacando a interdisciplinaridade que perpassa o estudo do sindicalismo rural no Brasil.

Escrevendo acerca da conjuntura federal, a historiadora Carolina Ramos (2011), apresenta a ampla participação e disputa entre diferentes organizações da sociedade civil pela hegemonia na organização dos trabalhadores do campo e na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)³³, “de modo a averiguar distintos atores presentes no âmbito do sindicalismo rural” (RAMOS, 2011, p. 69), notando-se embates acirrados dentre a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, (ULTAB), a Ação Popular (AP) e setores da Igreja Católica ligados aos Círculos Operários Cristãos.

Conforme a autora, do recebimento de sua investidura sindical, em 31 de janeiro de 1964, até a derrubada do governo de João Goulart, a CONTAG atuou primordialmente no debate acirrado acerca da reestruturação fundiária, manifestando apoio às mobilizações dos trabalhadores no campo em prol da reforma agrária e da sindicalização, bem como em repúdio a atuação dos latifundiários. Apoiadora do decreto da Superintendência Para a Reforma Agrária (SUPRA), no que tange às desapropriações nas margens das vias federais, a CONTAG empreendeu esforços em reivindicar junto as organizações de trabalhadores urbanos, a efetiva realização das reformas de base, notadamente da reforma agrária a partir de uma emenda constitucional. Enquanto, pôr na época ser conduzida por setores ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à AP, imediatamente após o golpe militar, a confederação sofreu intervenção em sua diretoria, a qual foi assumida por uma junta interventora, tal como permitia a legislação sindical a que estava submetida.

Também analisando a atuação da CONTAG, com enfoque na relação estabelecida entre a confederação e o Estado, o sociólogo Marco Antônio dos Santos Teixeira (2018), destaca que após o golpe militar, o rumo da luta dos trabalhadores do campo e do sindicalismo rural sentiu significativa transformação. Tomados como canal prioritário para controle da classe trabalhadora, as organizações sindicais sofreram interferência em suas diretorias, através da nomeação de juntas governativas e interventores, e a cassação de sujeitos considerados subversivos pelo

³³ Atualmente a CONTAG, agora denominada Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, coordena um sistema composto por 27 Federações estaduais e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, representando a luta pela garantia, manutenção e ampliação dos direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares por todo o país. (A CONTAG, 2017)

Ministério do Trabalho e da Previdência Social. No geral, a grande maioria dos novos interventores estava intimamente vinculada à Igreja Católica e aos militares, que acordaram manter a organização sindical dos trabalhadores rurais, sob o controle da Igreja e em consonância com as propostas do novo governo. Nesse cenário, a junta governativa que assumiu a direção da CONTAG era majoritariamente composta por sindicalistas vinculados aos Círculos Operários Católicos e a ela incumbiu trabalhar na reorganização da entidade em conformidade ao regime militar, limitando o seu papel à prestação de serviços assistenciais aos trabalhadores e restringindo o campo de mobilização e luta política da categoria, especialmente no que se refere à questão da reforma agrária.

Corroborando com a discussão Rodrigo David (2021), Mestre em Desenvolvimento Regional, salienta que após a regulamentação da institucionalização do sindicalismo rural em 1962, as forças políticas de luta dos trabalhadores do campo tiveram um crescimento rápido, por meio do grande número de sindicatos que surgiram, havendo em torno de 1.200 sindicatos no país em 1964. Com as mudanças decorrentes do golpe militar, foi inaugurada uma política de ação inteiramente nova no tocante do sindicalismo rural, sendo unificadas a partir de 1965 todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única, criando

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de base municipal e, em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG), agrupados nacionalmente sob a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). (DAVID, 2021 pp. 44-45)

No que tange ao Rio Grande do Sul, a historiadora Alessandra Gasparotto (2016), enfatiza que o início da década de 60 no estado, foi marcado por um movimento de aproximação do patronato rural da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) à outras entidades, como os setores conservadores da Igreja Católica, apesar disso se modificar um pouco ao longo dos anos, ambas compartilhavam algumas posições relativas à questão agrária e ao processo de sindicalização. Uma das figuras responsáveis por essa aproximação foi o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que enxergava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MASTER) com desconfiança, atribuindo sua condução ao controle de elementos comunistas. Foi ele quem se empenhou na criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG), entidade fundada em 1961 por clérigos e

leigos católicos, que originaria a posterior criação do Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Nesse sentido, a autora destaca que as proposições da FAG quanto à reforma agrária, sob a orientação da cúpula da Igreja Católica nacional, estavam muito próximas do discurso produzido pelas entidades patronais, recebendo apoio de alguns grandes proprietários, inclusive da própria FARSUL. Conforme a autora toda essa aproximação se apresenta ainda mais orgânica ao se deparar com nomes de membros em ambas as entidades, bem como participações de membros da FAG em atividades promovidas pela FARSUL.

Em convergência com Gasparotto (2016), o cientista social Everton Lazzaretti Picolotto (2011), pontua que a criação da FAG “foi motivada pelo desejo de “promover o homem do campo”, através do trabalho de educação baseada na “doutrina social cristã”, defender os direitos dos agricultores e combater a “ameaça” do avanço das organizações “comunistas” (MASTER) no campo” (2011, p. 83). Sendo a entidade criada pelos bispos católicos para funcionar como um instrumento de disputa com os comunistas no campo, visando “organizar os “assalariados e pequenos proprietários rurais” para que viessem a ter voz ativa na sociedade através de organizações cristãs. Os “humildes e indefesos lavradores” estavam se tornando alvo da “demagogia dos novos profetas”, das suas “promessas e convites.” (PICOLOTTO, 2011, p. 84). O autor sublinha que, a partir da rapidez de articulação das assembleias de lançamento, da fundação de sindicatos e dos encontros estaduais, fica perceptível o amparo da Igreja Católica às comunidades rurais e da Igreja Luterana aos alemães luteranos, o que foi fundamental na estruturação e legitimação da FAG.

Picolotto (2011) ressalta ainda que, embora a década de 60 apontasse o desacordo da FAG tanto em relação ao comunismo estatista, quanto ao liberalismo econômico, sua concepção acabou

Se aproximando mais das concepções que propunham a “modernização técnica da agricultura sem reforma agrária” (defendidas por organizações patronais, como a FARSUL) como forma de superar a baixa produtividade e as imperfeições da estrutura agrária. Essa posição da FAG se assemelha ao que era propugnado pela hierarquia católica nacional, que afirmava ser favorável à reforma agrária, mas tinha dificuldade para conciliar os interesses contraditórios que se apresentavam no campo, e propunha medidas gerais de apoio ao homem do campo (PICOLOTTO, 2011, p. 86).

Em complemento a discussão sobre a FAG, o sociólogo Paulo Bassani (2009) apresenta a Frente como um movimento da Igreja Católica de caráter conservador, criado no intuito de tutelar o movimento camponês. Concordando com Picolotto (2011), o autor ressalta que os primeiros sindicatos integrantes foram criados nas regiões de agropecuária colonial, onde a Igreja encontrava maior facilidade em exercer sua influência sobre o campesinato, cenário de atuação que se ampliou após o golpe civil-militar, quando esta então passou a atuar de forma hegemônica, condicionando a criação dos sindicatos sob sua tutela.

Dentre os princípios defendidos pela FAG, Bassani (2009) destaca a postura de que o sindicato deveria privilegiar a linha assistencial em detrimento da política e reunir força máxima para conter o comunismo no meio rural. Em vista disso, com a gerência da FAG, “o sindicato não pretendia ser um órgão de atuação política transformadora da sociedade, com a consequência tomada de consciência de seus agentes”. (BASSANI, 2009, p.121) Fator que resultou em um sindicalismo menos questionador no Rio Grande do Sul, quando comparado a outros estados brasileiros, como os do Nordeste, o que conforme o autor diz determinar que a organização sindical sob a liderança da FAG, nasceu e constituiu-se dentro de quadros conservadores, em razão da própria estrutura sindical e orientação conservadora da Frente. A qual se acentua com o golpe civil-militar de 1964, quando o Estado só permite a existência da organização sindical ao seu controle.

Nesse cenário de atuação da FAG, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul obteve sua carta sindical no ano de 1966, elegendo no ano seguinte sua primeira junta governativa, marcando assim o início de suas atividades de organização dos trabalhadores rurais do município, caracterizado desde a sua fundação, pela colonização alemã e pomerana e pela preponderância de atividades agrícolas ao longo dos anos, relativamente bem sucedidas, apesar do baixo interesse da administração pública em realizar investimentos na região, cenário expressivamente referenciado pela bibliografia do município, o que deixava ao encargo da administração do núcleo e dos próprios colonos o suprimento de necessidades primárias, como educação, infraestrutura, saúde e segurança, viabilizadas por diversas reuniões entre o diretor e os colonos. (HAMMES, 2014; MALTZAHN, 2011)

O que torna plausível pontuar que o desamparo público para com São Lourenço do Sul foi um dos fatores favoráveis ao fortalecimento da unidade e ao surgimento de

um associativismo, ao pressionar os colonos a se unirem em prol de serviços cruciais à sobrevivência do núcleo colonial. Muitas destas demandas foram atendidas pelas diversas associações que foram sendo criadas na colônia, as quais tinham como objetivo inicial a manutenção da herança cultural, mas que logo se estenderam para outras esferas (SALAMONI, 2001, p. 09). Ensejando aspectos do sindicalismo a ser visualizado no município décadas depois.

Aspectos teóricos: modalidades e conceitos historiográficos no estudo do sindicalismo rural

Considerando que o estudo de uma entidade sindicalista, da sua organização, atuação e membros integrantes, comumente é atribuído à História Social, trata-se ela, a modalidade historiográfica privilegiada aqui, na qual destacam-se como objetos de estudo os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e demais agrupamentos, as relações e processos de transformação social, os movimentos sociais em sua dinamicidade, em suma os recortes humanos, das relações humanas. Podendo a análise destes objetos “se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica?” (BARROS, 2005, p. 13-14)

A História Social é interdisciplinarmente abrangente as demais Ciências Sociais, seu desenvolvimento ao longo dos anos assinala a importância da aliança de boa parte das atividades dos cientistas sociais com o estudo da estrutura social e suas transformações, visto que o trabalho com seus objetos tem solidificado na historiografia, uma tendência que examina a sociedade em sua complexidade, se abstraindo de categorias sociais preconcebidas e generalizantes, e da rigidez das fronteiras dos campos da história. Os movimentos sociais, por exemplo, dificilmente são trabalhados sem conexão com o Social, o Político e possivelmente o Econômico. Demonstrando que questões referentes a outras dimensões da História, também incumbem aos historiadores sociais, como é o caso da análise da repercussão social de fatos políticos e econômicos em grupos específicos, os membros do STR de São Lourenço do Sul ou em conjuntos mais amplos como a comunidade rural. (BARROS, 2005; HOBBSAWM, 1998)

Tendo em vista a impossibilidade da completa separação das temáticas da História Social em relação aos demais campos historiográficos, aliada ao fato de o objeto desta análise cobrir um período político singular do Brasil, a Ditadura Militar (1964-1985), o estudo da referida entidade e do grupo que a compõem ocorre através da conexão entre História Social e História Política, cuja parceria segundo BARROS (2000), registra-se “nos estudos que se referem às ‘Relações Políticas entre Grupos Sociais’”. No que tange à segunda modalidade historiográfica, o autor destaca o Poder como constituinte do território do historiador político,

Com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micro-poderes. (2015, n.p.)

A partir disso, são utilizados na pesquisa, quatro referenciais teóricos principais: Classe, Grupos Sociais, Memória e Ditadura Militar. Para conceituar Classe, utiliza-se Edward Palmer Thompson (1987), o qual, estudando a classe operária inglesa, apresenta sua formação como uma consequência da identificação de experiências comuns herdadas ou partilhadas, por alguns indivíduos que passaram a articular a identidade de seus interesses entre si, se opondo a outros indivíduos cujos interesses diferem. O autor entende o processo como algo ativo, fluído e dinâmico, que resiste a imobilização, um fenômeno histórico, que congrega uma série de acontecimentos díspares e desconectados na matéria prima da experiência e consciência. Sua percepção de classe não a visualiza como estrutura ou categoria, “mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. (THOMPSON, 1987 p. 9)

Em relação ao entendimento do conceito de Grupos Sociais, recorre-se a Mancur Olson (1999), o qual salienta que quando grupos sociais praticam suas ações através de uma organização, comumente esta possui como propósito comum a promoção dos interesses de seus membros, que por sua vez são também interesses comuns: “dos sindicatos se espera que lutem por salários mais altos e melhores condições de trabalho para seus afiliados; das organizações rurais espera-se que lutem por preços mais altos para as empresas integrantes” (OLSON, 1999, p. 18-19). Entretanto, grupos sociais que não se constituem em uma organização são também

apontados como “um número de indivíduos com um interesse comum”. (OLSON, 1999, p. 20)

Ambos os conceitos possibilitam pensar os trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul enquanto sujeitos que se identificam econômica, política e culturalmente, os quais estão reunidos sob uma mesma organização que possui a premissa básica de atender aos seus interesses comuns, mas que comporta também propósitos, concepções e pensamentos destoantes e dinâmicos, que se reformulam de acordo com o período histórico vivido e com as experiências partilhadas.

Tal como os conceitos supracitados, a Memória também se mostra fundamental na compreensão da organização dos sindicalistas rurais de São Lourenço do Sul, do modo com que aprendiam a conjuntura a sua volta e conversavam com o regime ditatorial em vigor, no que tange aos seus interesses e demandas. Descrevendo a sumariamente, Jacques Le Goff (1990, p. 423) define “a memória, como propriedade de conservar certas informações (...) conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Ampliando a conceitualização, Márcia Menendes Motta (2012) caracteriza-a como uma vinculação direta ao passado, que se alimenta de lembranças vagas, contraditórias e acrílicas, por sua vez explicadas por intermédio do presente. Do qual recebe incentivos que a legitimam como o conjunto de lembranças de um determinado grupo, constituídas somente por alguns elementos selecionados do passado, encarregados de conferir-lhe coerência e ordenamento. Dessa forma, a memória possui forte atuação na construção das identidades de grupo, “consagrando elementos pelos quais os indivíduos se veem pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem”. (MOTTA, 2012, p. 25)

Possibilitando que sejam aprendidos elementos indicativos da identificação presente entre os trabalhadores rurais em relação à criação e manutenção do sindicato por meio de suas memórias do período, as quais atualmente são visualizadas por intermédio do presente, justificando que assumam tanto semelhanças entre si, quanto algumas divergências.

Por fim, faz-se uso do aporte Ditadura Militar, dada a necessidade de compreensão das características do período analisado, cujo estudo difere daquele realizado de uma conjuntura representativa e democrática. De acordo com Mario Stoppino (1998), de maneira simples o termo ditadura refere-se à classe de regimes

não democráticos instituídos nos países modernos ou em via de modernização, comportando as seguintes características fundamentais: “a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de largos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; a precariedade das regras de sucessão no poder”. (STOPPINO, 1998, p. 373) Características que, apesar de gerais e em alguns pontos destoantes, permitem pensar e entender a atmosfera que perdurava no cenário político brasileiro entre os anos de 1964-1985 e influenciava em maior ou menor grau todas as esferas e grupos sociais ali presentes, como é o caso do STR de São Lourenço do Sul, entidade cuja organização e inserção se planeja entender em diversos níveis contextuais.

Opções metodológicas: como estudar um sindicato?

Dada a relevância da contribuição das memórias dos membros do STR de São Lourenço do Sul durante o período enfocado, a utilização da História Oral é central neste trabalho, sendo também complementada por fontes documentais. A exploração das referidas fontes prioriza uma análise qualitativa do seu conteúdo e características, visando obter a melhor compreensão factível da organização e das relações construídas pelos trabalhadores do sindicato durante o governo militar vigente. Resultando na aproximação da pesquisa com alguns aspectos da abordagem micro-histórica, a qual, por estudar um grupo circunscrito ou inclusive um indivíduo, declara-se mais esclarecedora “porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes”. (REVEL, 1998, p. 32)

Característica sumária da abordagem micro-histórica, o encolhimento do campo de observação é imprescindível para perceber a complexidade do grupo estudado, através da retomada da linguagem dos seus atores e da análise dos aspectos mais diversificados da sua experiência social, o reconhecimento de identidades sociais plurais e plásticas construídas, que operam em meio a uma rede de relações, (concorrência, solidariedade, aliança, etc.). (REVEL, 1998) Todavia, mais do que a escolha e a delimitação, a alternância de escalas lhe é ponto fulcral, cuja operação é capaz de colocar em relevo e explorar em detalhe aspectos fundamentais de um problema de pesquisa de qualquer dimensão. (LIMA, 2012) Indicando a sua adequabilidade ao objeto de estudo enfocado, permitindo a apresentação de

perguntas amplas sobre um grupo circunscrito de sujeitos analisados de perto, através de uma lupa, mas passíveis de inscrição num contexto mais abrangente.

Apresentando a História Oral, Verena Alberti (2005, n.p.) a descreve como um método de pesquisa multidisciplinar “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Tratando-se em suma, do estudo “de acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc.”

Segundo Luisa Passerini (2011), a sua utilização como objeto de pesquisa e análise, pode revelar informações que fontes escritas não contemplam.

A oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que, de outro modo, seriam perdidos (PASSERINI, 2011, p. 40).

Em complemento, Daniel James (2004) pontua que ao se trabalhar com a oralidade, lida-se inevitavelmente com contradições que, no entanto, podem trazer grande auxílio na tentativa de remontar o cotidiano dos trabalhadores pesquisados. “O testemunho oral é mais desorganizado, mais paradoxal, mais carregado de contradições e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta” (JAMES, 2004, p. 311).

Por conseguinte, embora até o momento poucas entrevistas tenham sido efetivamente realizadas devido ao estágio inicial da pesquisa, a seleção dos depoentes tem privilegiado pessoas com distintas atuações dentro do sindicato no período: trabalhadores atuantes que ocuparam cargos junto à diretoria, bem como membros que nunca foram lideranças. No que concerne ao tipo e formato das perguntas, trabalha-se com a história temática, focando na organização trabalhista rural no município, durante toda a ditadura.

No que concerne as fontes físicas, até o presente momento a pesquisa se debruçou na análise de atas e registros de atividades do sindicato, desde a emissão da Carta Sindical em 1966, até o ano de 1985, marco do fim da Ditadura Militar no Brasil e a eleição do primeiro governo civil, objetivando a realização de um paralelo

para com os depoimentos orais, de modo a verificar as semelhanças e distinções entre a memória dos sindicalistas e as informações repassadas aos registros oficiais.

Resultados iniciais: o que dizem as fontes?

Embora a pesquisa ainda se encontre em fase inicial, abrangendo a constituição do referencial bibliográfico e a de coleta fontes, especialmente dos relatos orais, a partir dos materiais colhidos e analisados até aqui, é possível arrolar alguns resultados preliminares quanto ao objeto.

Levando em conta que a organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul, se deu através da Frente Agrária Gaúcha, a qual, conforme Bassani (2009) e Picotto (2011), após o Golpe Militar de 1964 ampliou significativamente sua área de atuação no estado, condicionando a criação e a manutenção dos sindicatos sob sua tutela, privilegiando o assistencialismo ao invés da mobilização política e social, se anunciando em desacordo tanto em relação ao liberalismo econômico do patronato rural, quanto ao comunismo estatista das organizações camponesas de esquerda, apesar de partilhar visões semelhantes ao primeiro grupo.

As entrevistas feitas até aqui, com três depoentes significativamente atuantes na organização e direção da entidade, corroboram a referida afirmativa, apontando que durante os primeiros anos após a sua fundação, o STR de São Lourenço do Sul esteve direcionado a cumprir papel assistencial, oferecendo principalmente atendimento médico e odontológico, consultas jurídicas e auxílio em demandas burocráticas, como o encaminhamento do pedido de aposentadoria de seus membros, os quais, em sua maioria, optavam pela filiação buscando suprir a carência de acesso a estabelecimentos de saúde e driblar o elevado custo de escritórios especializados nos serviços mencionados.

Em seus depoimentos, os entrevistados mostraram-se restritos em falar acerca da conjuntura política e de possíveis aproximações ou desacordos com o regime ditatorial vigente, no entanto, deixaram escapar a existência de estreitas relações com deputados e o então ministro do trabalho e da previdência social, conforme o exemplo que segue:

Nossos principais (deputados) eram o Oscar Westendorff estadual e o Chiarelli federal. O ministro Arnaldo da Costa Prieto teve aqui em casa uma vez e me levou na festa da Coxilha do Barão, uma coisa que quase não acontece. Então de autoridades, não tenho queixa.³⁴

As poucas atas e registros analisados até aqui denotam igualmente cautela na abordagem de conteúdos políticos, sinalizando a possibilidade de haver seleção nas informações repassadas aos registros oficiais, porém também reforçam a presença e o apoio de determinadas autoridades e figuras políticas nas assembleias realizadas.

O deputado Oscar Westendorff, também presente na assembleia, destacou o trabalho da Diretoria do Sindicato que tudo procurou para bem desempenhar a missão de dirigir a entidade que representa os trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul.³⁵

Desse modo, explicitando a existência de relações entre os membros do sindicato e figuras políticas não só regionais, como nacionais, vinculadas ao partido da ARENA³⁶, relações estas que se configuravam em um espaço de negociação por demandas e interesses da classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, a bibliografia referente ao objeto desta pesquisa comporta somente poucas e esparsas produções, sobretudo no campo historiográfico, dificultando também o processo de sistematização das fontes e sinalizando a importância de novas pesquisas que contemplem a lacuna que se estabelece.

Nesse sentido, as informações reunidas e exploradas até o presente momento, permitem elencar como conclusões iniciais, o fato de o trabalho inovar ao tomar como temática o sindicalismo rural no referido município e no Sul do estado do Rio Grande do Sul, utilizando documentações ainda não trabalhadas por outros historiadores.

Por fim, as discussões apresentadas indicam que a análise do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul e do grupo atuante no processo de organização e manutenção da entidade durante a Ditadura Militar exige a adoção do jogo de escalas para a compreensão do lugar político e social ocupado pela mesma,

³⁴ Entrevista realizada em 24/05/2022 com o senhor Balbino Schneid, membro fundador do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul e diretor da entidade de 1972 a 1984.

³⁵ Ata da Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 16 de junho de 1973. Origem: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul.

³⁶ Aliança Renovadora Nacional: partido político de âmbito nacional, de apoio ao governo militar (1964-1984), fundado em 4 de abril de 1966 dentro do sistema de bipartidarismo.

uma vez que, apesar do grupo se anunciar em desacordo tanto com o patronato rural quanto com as organizações camponesas de esquerda, ele emerge de uma tessitura social conservadora, contudo, não se abstém de interagir, construir relações e pleitear direitos dentro do contexto político tencionado da época.

Referências

A CONTAG. In: CONTAG. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/a-contag>. Acesso em: 2 nov. 2022.

BARROS, José D'Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista Escritas**, Tocantins, 2015.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**, Ouro Preto, n. 15, p. 02-23, 2005.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009. 166 p.

DAVID, Rodrigo. **Sindicalismo no Meio Rural**: A representatividade da FETAG e da FARSUL na região de Santa Cruz do Sul/RS. 2021. 108 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.

GASPAROTTO, Alessandra. **"Companheiros Ruralistas!"**: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. 330 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul**: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário. 1ª. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014.

HOBBSAWM, Eric. História social a história da sociedade. In: HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 6

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña María; história oral e questões de gênero. In: LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 11, p. 207-223.

MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)**. 2011. 335 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.

OLSON, Mancur. Uma Teoria dos Grupos Sociais e das Organizações. *In*: OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. cap. 1, p. 17-64.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzareti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. 2011. 266 p. Tese de Mestrado (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap.1, p. 15-38.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, dez 2001.

STOPPINO, Mario. Ditadura. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola Matteuci; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. 1ª. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)**. 2018. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AUTORES

Cynthia Thayse Vieira Vicente

Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Nordeste sede de Formosa. Atual representante do colegiado na instituição de ensino. Contendo uma publicação no IV Simpósio Internacional de História em Goiás Velho. Desenvolve pesquisas nas áreas de Patrimônio Cultural, História das Religiões, Cultura Afro-brasileira e Temas de História da África.

Daiane Priscila Arruda

É graduanda em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Em 2021, foi bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). No mesmo ano, iniciou estágio não obrigatório remunerado, realizado na Secretaria do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) na Unicentro, onde atua até hoje. Em 2022, tornou-se membro do grupo de pesquisa do CNPq: Núcleo de Pesquisas em História da Violência (NUHVI), onde foi pesquisadora em Iniciação Científica e coautora da pesquisa "Violência contra a mulher no Paraná: uma análise sob a perspectiva das relações de gênero". Além disso, no mesmo ano, foi extensionista no Projeto "História Colonial" do curso de História da Unicentro e, na XVI Semana de História, apresentou a pesquisa "'Caso Daniella Perez: as nuances sociais e judiciais de um crime", a qual foi publicada neste livro. Atualmente (2023), é membro do grupo de pesquisa do CNPq "Educação Histórica: Consciência Histórica e Cultura", onde é bolsista em Iniciação Científica da Fundação Araucária e realiza a pesquisa intitulada "A Decolonialidade da Natureza: entre epistemologias e práticas".

Denis Ferreira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2016), graduação em Pedagogia - UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá (2020) e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2019). Membro do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais - GEPES. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em processos migratórios e ensino de geografia no ensino Fundamental e Médio. No mestrado tem se dedicado a estudar o processo migratório de alemães missionários e as transformações ocorridas na paisagem e no território, a partir da chegada deles na cidade de Palmeira- Pr. Atualmente cursa Licenciatura em Educação Física pela Universidade UNOPAR, é

professor de geografia no Colégio Realeza e professor de geografia pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Letícia Farias dos Santos

Nasceu no ano de 1995 na cidade de Rebouças-PR, onde realizou sua escolaridade básica na Escola Maria Ignácia - durante os anos de 2006 à 2010 e Colégio Júlio César- 2010 à 2013. Graduação de licenciatura em História pela instituição UNICENTRO/Irati-PR no ano de 2016. Especialização em Aprendizagem Histórica. Atual graduanda em Letras Espanhol pela mesma instituição (2021-2024). As Humanas sempre foram alvo de atenção, vinculando trabalhos na área de História, Arte, Línguas, Literatura e Aprendizagem, principalmente.

Luiz Felipe Moura dos Santos

Pesquisador.

Luiza Rocha de Oliveira

Professora de História em formação, inquietada pelos debates e pesquisas nas áreas de Ensino de História, História Indígena e História afro-brasileira.

Maria Eduarda Ratko Jantara

Estudante do primeiro ano da graduação do curso de direito, na renomada Universidade Estadual de Ponta Grossa, Uepg. Participante do grupo de pesquisa: Direito Civil Translacional, participante do grupo de projeto extensionista: Papo Prín-Parentalização positiva de primeira infância- e membra da empresa júnior, formada por estudantes bacharéis em direito: Astreia Junior.

Patrícia Schneid Altenburg

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), possui graduação em Licenciatura em História pela mesma instituição. Tem experiência de pesquisa na área de História contemporânea, História do Brasil Republicano e História do Rio Grande do Sul, na graduação dedicou-se a estudar o processo de colonização alemã e pomerana no estado, focando em termos como germanismo, nazismo e política de nacionalização da Era Vargas. Atualmente,

concentra-se em pesquisar sobre o sindicalismo de trabalhadores rurais no Sul do Estado e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985).

Winicius Rosa Martins

Graduado pela Universidade Estadual de Goiás Campus Norte. Mestrando pelo programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás Campus Sul. desenvolve pesquisa na área de história medieval, teoria da história e história e cinema.



EDITORA
UNION

ISBN 978-658488519-6



9

786584

885196